

09/março/2022

Ao: Grupo Mateus S.A.

À atenção dos(as) Acionistas e Administradores(as)

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 222PF-032-PB

Prezados(as) senhores(as),

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Grupo Mateus S.A.

Atenciosamente,

Daniel Menezes Vieira
Sócio

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	23
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	30
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	37

Grupo Mateus divulga os resultados do 4º trimestre de 2021

Grupo Mateus tem ano histórico, com 44 novas lojas e +28% de crescimento de Receita Líquida

DESTAQUES DO 4T 21/2021

- Abertura de 44 lojas em 2021, das quais 23 foram em 14 novas cidades;
- A receita líquida totalizou R\$ 4,4 bilhões no 4T, um crescimento de 22%. A receita líquida do ano atingiu R\$ 15,9 bilhões, um aumento de 28%;
- O EBITDA ajustado do 4T totalizou R\$ 309 milhões, um aumento de 7%. No acumulado do ano, o EBITDA ajustado cresceu 11,8%, para R\$ 1,1 bilhão;
- O lucro líquido do 4T atingiu R\$ 208 milhões, um crescimento de 7,6% em comparação ao 4T 20. O lucro líquido ajustado do ano, desconsiderando o efeito das despesas não-recorrentes, totalizou R\$ 866 milhões, com um crescimento de 11,6%.

Destques do Período	4T 21	4T 20	Var. (%)	2021	2020	Var. (%)
Destques Financeiros (R\$ milhões)						
Receita Bruta	5.055	4.260	18,7%	17.940	14.353	25,0%
Receita Líquida	4.441	3.635	22,2%	15.877	12.397	28,1%
SSS (%)	1,4%	21,3%	-19,9p.p.	4,09%	18,2%	-14,1p.p.
Lucro Bruto	1.000	854	17,0%	3.702	2.989	23,9%
<i>Margem Bruta</i>	22,5%	23,5%	-1,0p.p.	23,5%	24,1%	-0,6p.p.
EBITDA Ajustado	309	289	6,9%	1.134	1.004	13,0%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	7,0%	7,9%	-1,0p.p.	7,1%	8,1%	-1,0p.p.
Lucro Líquido	208	193	7,6%	769	726	5,9%
Destques Operacionais						
Número de lojas	202	159	43	202	159	43
Inaugurações	13	14	-1	43	39	4
Área de vendas (mil m ²)	408	329	24%	408	329	24%

“Dando seguimento ao trabalho que aceleramos com a realização do IPO em 2020, 2021 foi mais um ano histórico para o Grupo Mateus. Pelo segundo ano consecutivo, atingimos novos recordes, em indicadores operacionais e financeiros. Além das lojas, abrimos novos CDs, para otimizar nossa operação, e reforçamos várias áreas administrativas, para dar suporte ao robusto plano de expansão que temos para 2022 em diante.

Em maio, chegamos a um novo estado, o Ceará, onde já operamos duas lojas e, em agosto, anunciamos a criação da nova regional Nordeste, que levará nossas lojas para Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. Para dar suporte a essa expansão, trouxemos um time bastante qualificado, com vasta experiência de mercado, e tenho certeza de que, juntos, conseguiremos colocar em prática tudo o que imaginamos para a região e gerar mais valor para nossos funcionários, acionistas e fornecedores.

Seguiremos com firmeza, sempre baseados nos pilares estratégicos que nos trouxeram até aqui:

Número de Lojas



34 lojas
+2 4T 21
+5 2021



42 lojas
+2 4T 21
+9 2021



27 lojas
+2 4T 21
+7 2021



99 lojas
+7 4T 21
+23 2021

Logística, como ponto central do negócio; Multicanalidade e uma oferta de serviços superior em nosso setor, além, é claro, da continuidade do foco na formação de pessoas e na geração de oportunidades e desenvolvimento nas comunidades onde ingressamos.”

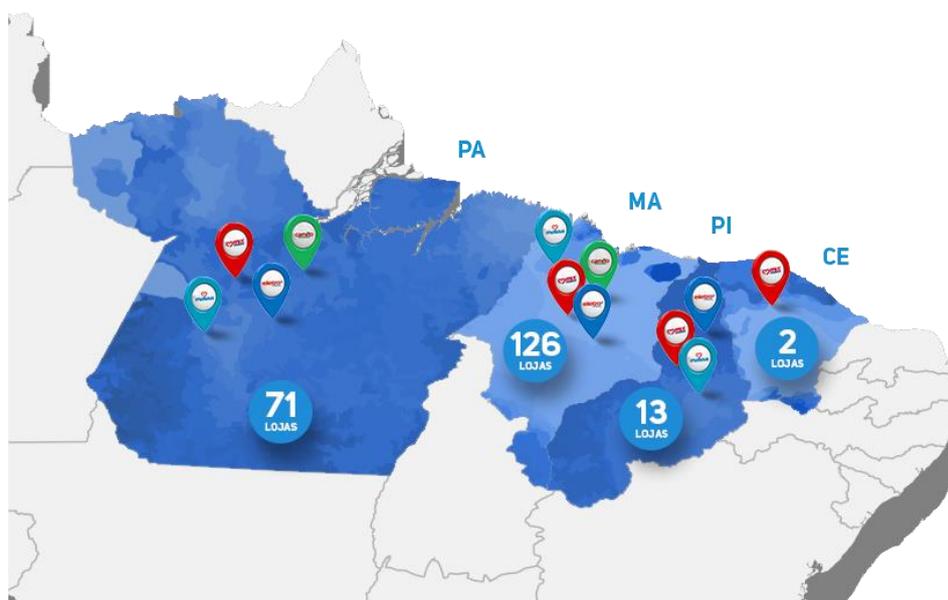
Ilson Mateus, CEO e Fundador do Grupo Mateus

DADOS OPERACIONAIS

Plano de Expansão

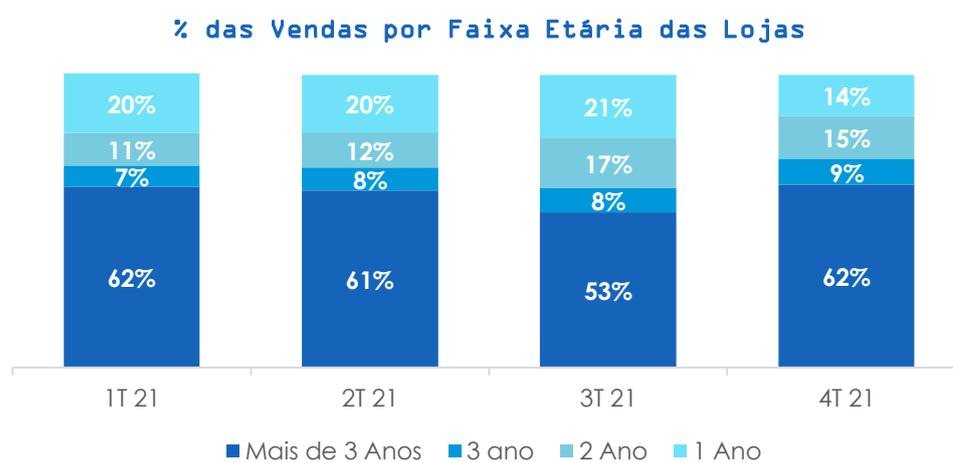
No 4T 21, o Grupo Mateus inaugurou 13 lojas e encerrou o trimestre com 202 lojas em operação. As aberturas do trimestre representaram um aumento de 22 mil m² de área de vendas. Em 2021, inauguramos 44 lojas, em linha com a nossa meta de abrir entre 35 e 40 lojas no ano. As inaugurações do ano representaram uma área de vendas adicional de 79 mil m², um aumento de 24% em relação a 2020.

Durante o trimestre, inauguramos, no Maranhão e no Pará, três lojas com um novo conceito: o varejo híbrido. Além da área de varejo dedicada ao consumidor final, os Camiões de Itinga e Dom Eliseu e o Super de Estreito possuem uma área separada para a venda de atacado para clientes B2B. Esse conceito de loja surgiu da oportunidade que enxergamos de melhor atender todos os perfis de consumidor em locais que não comportariam uma loja de atacarejo.



Das 44 inaugurações em 2021, 23 foram em 14 novas cidades e outras 6 foram em cidades onde operávamos somente lojas de Eletro. Já entre as aberturas realizadas no 4T, 7 foram em cidades onde o Grupo não estava presente, incluindo os atacarejos de Paragominas e Bragança, no Pará.

Durante o trimestre, as lojas inauguradas em 2021 representaram 14% da receita.



Expansão – Nova Regional Nordeste

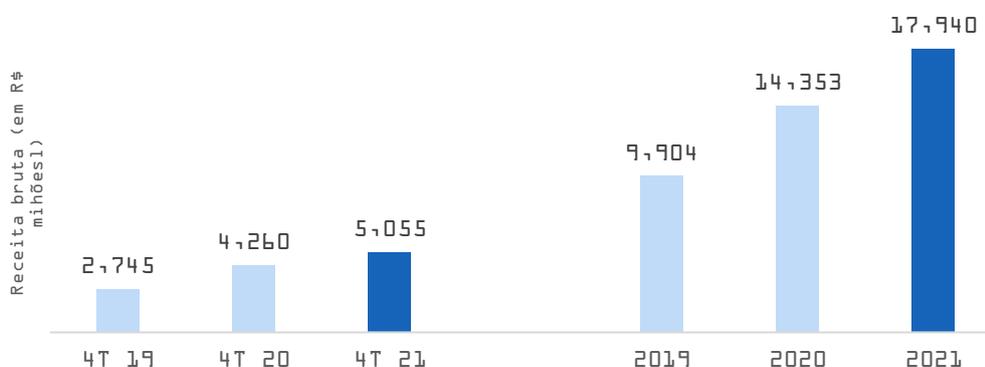
Paralelamente à abertura de lojas nos estados onde já atuamos (Maranhão, Pará, Piauí e Ceará), estamos trabalhando na expansão da Nova Regional Nordeste, que contempla os estados de Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Durante o 4T 21, foi inaugurado o primeiro Centro de Distribuição da nova regional, em Cabo de Santo Agostinho (PE) e, no início de 2022, inauguramos outro CD em Feira de Santana (BA). Os dois CDs são importantes para nossa estratégia de expansão, pois viabilizaram o início da operação de atacado na região, o que nos permite conhecer o perfil do consumidor local para que possamos ofertar o mix de produtos e serviços adequados.

O mês de fevereiro de 2022 foi um marco importante para o Grupo e para a Regional Nordeste, com a inauguração das primeiras lojas de Pernambuco e Bahia, em Petrolina e Juazeiro, respectivamente, seguindo a estimativa de termos 8 lojas na Regional no primeiro semestre. É importante ressaltar que a expansão da nova regional segue a mesma estratégia que o Grupo utilizou durante seus 35 anos: estudar a região por meio da operação de atacado; em seguida, inaugurar atacarejos, para depois trabalhar no adensamento de rotas, e, conseqüentemente, ganhar eficiência com a abertura de lojas de varejo.

DADOS FINANCEIROS

Receita bruta



A receita bruta atingiu novamente um recorde durante o quarto trimestre de 2021 e totalizou R\$ 5,1 bilhões, mantendo seu ritmo de crescimento, mesmo com a forte base de comparação no 4T 20 (55,2% vs. 4T 19). O desempenho deve-se, principalmente, às 13 inaugurações ocorridas no trimestre e à maturação das demais lojas abertas em 2021.

Em 2021, a receita bruta totalizou R\$ 17,9 bilhões, o que representa um aumento de 25,0% em relação a 2020.

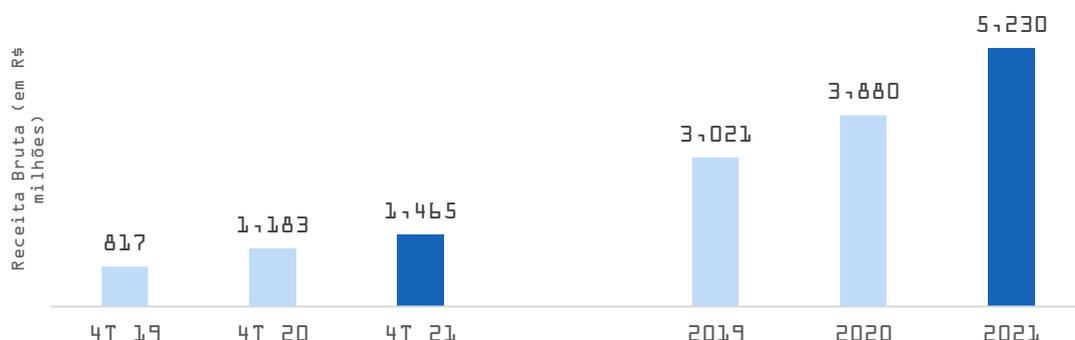
A performance em mesmas lojas foi de 1,4%. Apesar da desaceleração do crescimento, o número ficou acima das expectativas da companhia, dada a forte base de comparação (SSS 4T 20: 21,3%). No ano de 2021 como um todo, o crescimento em mesmas lojas foi de 4,1%.

Na comparação com 2019, o desempenho de mesmas lojas do Grupo registrou um crescimento de 23,1% no 4T e de 20,4% em 2021.

Receita Bruta por Segmento

Destaques por Segmento	4T 21	4T 20	Var. (%)	2021	2020	Var. (%)
Varejo						
Receita Bruta (R\$ milhões)	1.465	1.183	23,8%	5.230	3.880	34,8%
SSS (%)	1,5%	18,8%	-17,3p.p.	4,6%	10,6%	-6,0p.p.
Número de lojas	61	49	12	61	49	12
Inaugurações	4	5	-1	12	10	2
Área de vendas (mil m ²)	106	86	24%	106	86	24%
Atacarejo						
Receita Bruta (R\$ milhões)	2.485	2.076	19,7%	8.697	6.812	27,7%
SSS (%)	0,1%	19,8%	-19,6p.p.	2,7%	16,5%	-13,7p.p.
Número de lojas	42	33	9	42	33	9
Inaugurações	2	3	-1	9	10	-1
Área de vendas (mil m ²)	204	162	26%	204	162	26%
Eletro						
Receita Bruta (R\$ milhões)	292	269	8,6%	994	796	24,9%
SSS (%)	-13,5%	34,2%	-47,7p.p.	1,7%	23,1%	-21,5p.p.
Número de lojas	99	77	22	99	77	22
Inaugurações	7	6	1	23	19	4
Área de vendas (mil m ²)	98	81	21%	98	81	21%
Venda Externa (B2B)						
Receita Bruta (R\$ milhões)	813	732	11,0%	3.019	2.866	5,4%
Representantes Comerciais	2.226	2.090	136	2.226	2.090	136
Rotas	167	139	28	167	139	28
Zonas Municipais	1.038	846	192	1.038	846	192
Centro de Distribuição	11	10	1	11	10	1

Varejo



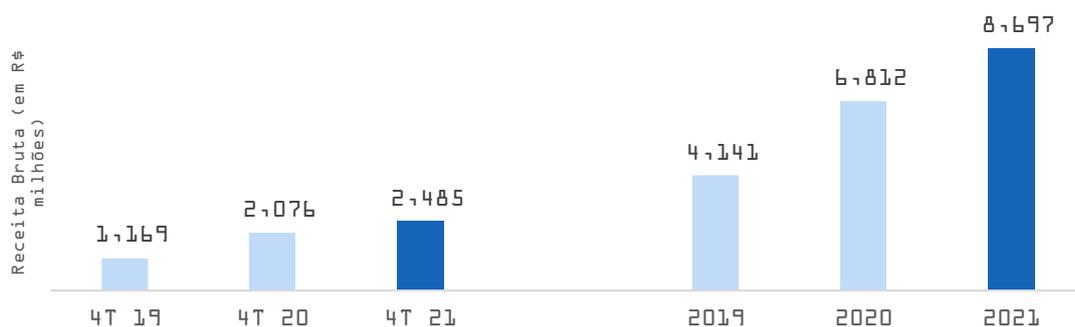
No 4T 21, o segmento de Varejo, que inclui supermercados, hipermercados e lojas de vizinhança, registrou uma receita bruta de R\$ 1,5 bilhão, o que representa um aumento de 23,8%. As bandeiras Hiper/Super e Camiño cresceram 4,5% e 47,3%, respectivamente. O Varejo representou 29% da receita bruta no período.

Em 2021, o segmento atingiu uma receita bruta de R\$ 5,2 bilhões (+34,8%). No ano, Hiper/Super cresceu 20,5% e Camiño, 84,3%.

O desempenho foi beneficiado, principalmente, pela abertura de 12 lojas no ano. Dessas, 5 foram de lojas de supermercados e 7 de Camiño.

As lojas existentes também contribuíram para a performance do período, com um crescimento de 1,5% no 4T 21, em cima de uma base de comparação de 18,8% no 4T 20. No ano, o crescimento de mesmas lojas ficou em 4,6%. Comparando com 2019, o SSS foi de 19,4% no 4T e 13,9% em 2021.

Atacarejo

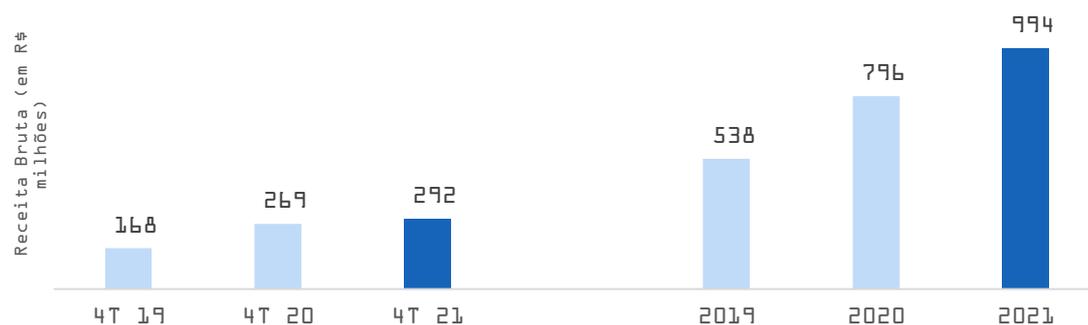


O Atacarejo, segmento mais representativo do Grupo, com 49% de participação na receita bruta, continuou com um forte crescimento no trimestre, de 19,7%, o que representou uma receita de R\$ 2,5 bilhões. No ano, a receita totalizou R\$ 8,7 bilhões, um aumento de 27,7%.

O desempenho foi impulsionado pelas 9 inaugurações ocorridas em 2021. Continuamos a ver uma forte aceitação do nosso conceito diferenciado de Atacarejo, que contempla a oferta de serviços e um mix com uma maior quantidade de produtos, para atender aos diferentes perfis de consumo.

O desempenho em mesmas lojas no período foi levemente positivo, em 0,1%, uma melhora sequencial quando comparado ao 3T 21. A performance foi afetada, principalmente, pela forte base de comparação (SSS 4T 20: 19,8%). O crescimento de mesmas lojas no ano foi de 2,7%. Em comparação a 2019, o 4T teve um SSS de 22,6%, enquanto o de 2021 ficou em 18,2%.

Eletro

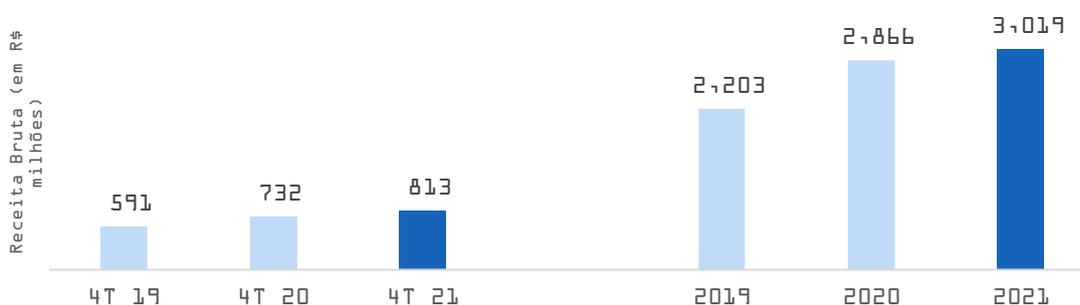


No 4T 21, a receita bruta do segmento de Eletro totalizou R\$ 292 milhões, com um crescimento de 8,6%. O formato representou 6% da receita bruta total. O crescimento no ano foi de 24,9%, para R\$ 994 milhões.

A performance do trimestre foi positivamente impactada pela inauguração de 23 lojas no ano, das quais 7 foram abertas no 4T 21. Apesar do segmento de eletro observar um forte crescimento das vendas digitais em todo o país, a loja física continua a ser um canal importante nas regiões onde o Grupo atua.

Depois de um desempenho robusto no final de 2020 e início de 2021, o segmento apresentou uma desaceleração no ritmo de vendas, por conta da forte base de comparação. Isso impactou o desempenho em mesmas lojas, que registrou uma queda de -13,5% no trimestre. No entanto, no consolidado do ano, o SSS foi positivo em 1,7%. Em relação a 2019, o crescimento de mesmas lojas foi de 14,5% e 22,6%, no 4T e em 2021, respectivamente.

Vendas Externas (Atacado)

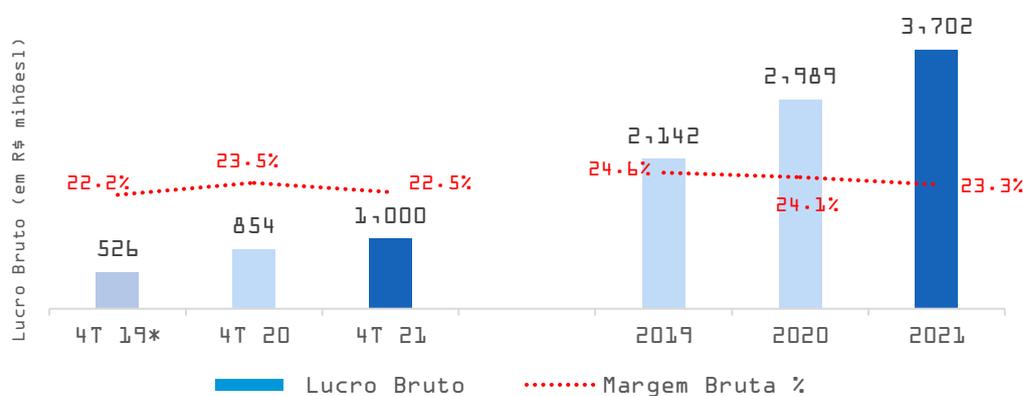


No 4T 21, o segmento de venda externa cresceu 11,0% e totalizou R\$ 813 milhões. O segmento representou 16% da venda externa do Grupo no trimestre. Em 2021, a receita totalizou R\$ 3 bilhões, um aumento de 5,4%.

O desempenho do atacado continua a ser beneficiado pela abertura de novas rotas de distribuição. No trimestre, foi inaugurado o CD de Cabo de Santo Agostinho (PE), a partir do qual será traçada parte das rotas da nova regional Nordeste.

No 4T 21, foram 28 novas rotas em relação ao 4T 20, o que nos permitiu atender 1.038 zonas municipais.

Lucro Bruto



Durante o 4T 21, o lucro bruto totalizou R\$ 999,8 milhões, com um crescimento de 17%, em relação ao 4T 20. A margem bruta foi de 22,5%, pressionada em 1 ponto percentual, quando comparada ao mesmo período no ano passado.

Em 2021, o lucro bruto atingiu R\$ 3,7 bilhões, um aumento de 23,9% em relação a 2020. A margem bruta do ano ficou em 23,3%, pressionada em 80 bps versus 2020.

A performance foi impactada principalmente pela inflação, tendo em vista que Grupo adotou a estratégia de elevar sua competitividade em preços, visando preservar o crescimento de volume e o fluxo de clientes em nossas lojas, sobretudo em categorias destino, como aquelas relacionadas a serviços. Além disso, observamos, durante o trimestre, um crescimento nas vendas de balcão de atacado localizados em nossas lojas de varejo.

Despesas Administrativas, Gerais e de Vendas

Em R\$ mil	4T 21	4T 20	Var. (%)	2021	2020	Var. (%)
Despesas com Vendas						
Despesas com Pessoal	(302.482)	(257.350)	17,5%	(1.120.276)	(913.257)	22,7%
Comissões	(12.079)	(10.343)	16,8%	(42.454)	(30.833)	37,7%
Propaganda e Publicidade	(8.650)	(5.002)	73,0%	(30.673)	(17.525)	75,0%
Aluguéis	(30.015)	(21.924)	36,9%	(108.024)	(81.379)	32,7%
Fretes e Combustíveis	(65.534)	(49.251)	33,1%	(236.080)	(170.125)	38,8%
Depreciação	(48.673)	(34.307)	41,9%	(179.463)	(107.063)	67,6%
Depreciação Arrendamento	(37.808)	(25.673)	47,3%	(133.203)	(96.549)	38,0%
Água, Luz e Telefone	(51.566)	(30.379)	69,7%	(170.330)	(105.775)	61,0%
Serviços Prestados	(31.645)	(21.637)	46,3%	(113.030)	(80.254)	40,8%
Despesas Gerais	(83.689)	(85.375)	-2,0%	(350.381)	(306.657)	14,3%
Total	(672.142)	(541.242)	24,2%	(2.483.914)	(1.909.417)	30,1%
Despesas Administrativas						
Despesas com Pessoal	(57.288)	(45.141)	26,9%	(218.626)	(108.841)	100,9%
Comissões	(874)	(393)	122,1%	(2.744)	(2.158)	27,2%
Aluguéis	(1.050)	(1.543)	-32,0%	(5.789)	(5.091)	13,7%
Fretes e Combustíveis	(546)	(572)	-4,6%	(1.442)	(2.060)	-30,0%
Depreciação	(462)	(557)	-17,0%	(1.488)	(1.829)	-18,7%
Depreciação Arrendamento	(2.644)	(2.481)	6,5%	(7.998)	(7.327)	9,2%
Água, Luz e Telefone	(657)	(555)	18,4%	(1.775)	(1.298)	36,7%
Serviços Prestados	(8.575)	(34.452)	-75,1%	(25.614)	(76.573)	-66,5%
Despesas Gerais	(23.892)	(20.063)	19,1%	(39.324)	(34.833)	12,9%
Total	(95.987)	(105.758)	-9,2%	(304.800)	(240.011)	27,0%
Total	(768.130)	(647.000)	18,7%	(2.788.714)	(2.149.428)	29,7%

Durante o 4T 21, as despesas com venda representaram 15,1% da receita, contra 14,9% no 4T 20. O principal motivo para o aumento foi a inauguração de 44 lojas durante o ano, com um expressivo crescimento da receita. Adicionalmente, as despesas foram impactadas pela alta inflação observada no período.

Já as despesas administrativas representaram 2,2% da receita líquida, versus 2,9% no 4T 20. A diferença é resultado, principalmente, da queda na linha de serviços prestados que, no 4T 20, incluiu despesas relacionadas ao IPO.

No acumulado do ano, as despesas do Grupo representaram 17,6% da receita líquida, um leve aumento comparado ao percentual de 17,3% observado em 2020.

Ajuste do IFRS 16

A tabela apresentada na seção anterior considera o ajuste do IFRS 16 entre as linhas de Despesas e Resultado Financeiro. As Despesas financeiras de arrendamento, que estariam no Resultado Financeiro, de acordo com o IFRS 16, foram apresentadas junto da Depreciação de Arrendamento.

Apresentamos também, ao final deste relatório, tabela comparativa indicando os respectivos ajustes.

O Grupo entende que, desta forma, consegue melhor refletir os efeitos do IFRS 16 na sua DRE e, ao mesmo tempo, reporta todos os valores que transitaram pelo resultado durante o período.

EBITDA

Em R\$ mil	4T 21	4T 20	Var. (%)	2021	2020	Var. (%)
Lucro Líquido	208.084	193.423	7,6%	768.791	726.268	5,9%
(+) Imposto de Renda	18.759	(2.973)	-731%	18.759	(1.730)	-1184%
(+) Resultado Financeiro	12.713	14.902	-15%	66.910	112.343	-40%
EBIT	239.556	205.352	16,7%	854.460	836.881	2,1%
(+) Depreciação e Amortização	50.414	35.989	40%	182.634	117.386	56%
EBITDA	289.969	241.341	20,1%	1.037.094	954.267	8,7%
Margem EBITDA	6,5%	6,6%	-0,1 p.p.	6,5%	7,7%	-1,2 p.p.
(+) Despesas não recorrentes	18.949	47.623	-60,2%	97.247	49.749	95,5%
Parcelamentos Federais	-	-	-	2.942	-	-
Hospital de Campanha	-	-	-	1.399	-	-
IFRS	14.881	-	-	35.175	-	-
Multa contrato de empréstimo	-	-	-	2.877	-	-
Fretes e Abastecimentos	-	-	-	1.162	-	-
Desligamentos/Distratos	-	-	-	3.062	-	-
Parcelamento de ICMS	-	-	-	40.587	-	-
Regional BA/PE	4.068	-	-	10.043	-	-
EBITDA Ajustado	308.918	288.964	6,9%	1.134.341	1.004.016	13,0%
Margem EBITDA Ajustado	7,0%	7,9%	-0,9 p.p.	7,1%	8,1%	-1,0 p.p.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 309 milhões no 4T 21, um aumento de 6,9% em relação ao mesmo período no ano passado. A margem EBITDA ajustada do trimestre foi pressionada em 0,9 ponto percentual e ficou em 7,0%, dentro do patamar esperado pela companhia. Em 2021, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 1,1 bilhão, com crescimento de 13,0%. A margem EBITDA foi pressionada em 100 bps e ficou em 7,1%.

No trimestre, as despesas não recorrentes totalizaram R\$ 18,9 milhões, referentes a:

- i) Ajuste do IFRS, decorrente de um reajuste de contratos. O valor foi registrado na linha de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas;
- ii) R\$ 4 milhões, relacionados à estruturação da equipe da nova regional, cujo trabalho de prospecção de terrenos, implementação de CDs e fortalecimento da relação com os investidores já estava ocorrendo desde o terceiro trimestre do ano.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T 21	4T 20	Var (%)	2021	2020	Var (%)
Receitas Financeiras						
Juros recebidos	4.772	3.637	31,2%	18.554	23.388	-20,7%
Juros aplicações financeiras	14.646	11.185	30,9%	52.206	14.435	261,7%
Descontos Financeiros Obtidos	2.365	826	186,3%	6.134	3.574	71,6%
Outras receitas financeiras	17.578	13.915	26,3%	64.369	42.080	53,0%
Total de receitas financeiras	39.361	29.563	33,1%	141.263	83.477	69,2%
Despesas Financeiras						
IOF	(20)	-	-	(73)	(2)	4295,9%
Juros de empréstimos e financiamentos	(14.863)	(9.417)	57,8%	(38.526)	(61.519)	-37,4%
Juros Passivos	(7.619)	(3.432)	122,0%	(21.718)	(10.474)	107,4%
Juros com parcelamento	1.496	(417)	-	(3.066)	(740)	314,3%
Despesas bancárias	(6.192)	(3.602)	71,9%	(17.562)	(22.721)	-22,7%
Perda financeira	(389)	901	-	(942)	(663)	42,0%
Percentual cartão de crédito	(32.861)	(26.297)	25,0%	(115.148)	(87.121)	32,2%
Descontos Concedidos	(1.784)	(2.203)	-19,0%	(6.686)	(5.768)	15,9%
Multa sobre Parcelamento	10.759	-	-	(3.852)	-	-
Outras Despesas Financeiras	(600)	-	-	(600)	-	-
Variações Monetárias passivas	-	-	-	-	(6.815)	-100,0%
Total de despesas	(52.073)	(44.466)	17,1%	(208.172)	(195.820)	6,3%
Resultado Financeiro	(12.712)	(14.903)	-14,7%	(66.909)	(112.343)	-40,4%

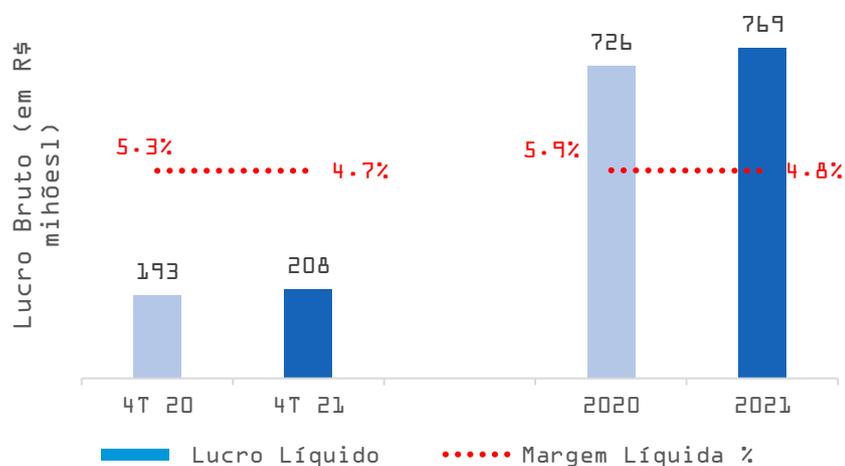
O resultado financeiro do 4T 21 totalizou R\$ 12 milhões, com uma melhora de 14,7%, e representou 0,9% da receita líquida, em linha com o 0,8% observado no 4T 20.

As receitas financeiras obtiveram um crescimento de 33,1% e somaram R\$ 39 milhões. O desempenho melhor deve-se, principalmente, ao crescimento da linha de Juros aplicações financeiras, decorrente da aplicação dos recursos da companhia, e da linha de Outras receitas financeiras, em função do crescimento das atividades do CredNosso.

Já as despesas financeiras aumentaram 17,1% no 4T 21 e totalizaram R\$ 52 milhões, afetadas pelo aumento de juros passivos e despesas bancárias, decorrentes do aumento da SELIC. Por outro lado, os juros com parcelamento ficaram positivos, em decorrência da renegociação do parcelamento do ICMS.

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma melhora de 40% e representou 0,4% da receita líquida, comparado a 0,9% em 2020.

Lucro Líquido

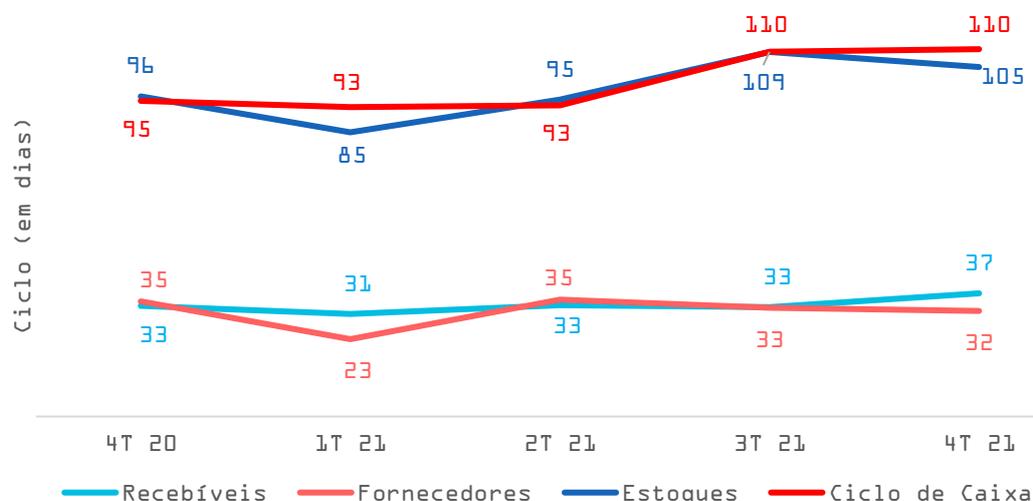


O lucro líquido do 4T 21 cresceu 7,6% e totalizou R\$ 208 milhões. A margem líquida do trimestre foi de 4,7%, pressionada em 0,6 ponto percentual quando comparada ao 4T 20. Em 2021, o lucro líquido totalizou R\$ 769 milhões, um crescimento de 5,9%, com margem líquida de 4,8%, pressionada em 1,1 ponto percentual comparado a 2020.

Em R\$ mil	2021	2020	Var. %
Lucro Líquido	768.791	726.270	5,9%
Margem Líquida	4,8%	5,9%	-1,1 p.p.
(+) Despesas não recorrentes EBITDA	97.247	49.749	95,5%
Lucro Líquido Ajustado	866.038	776.019	11,6%
Margem Líquida Ajustada	5,5%	6,3%	-0,8 p.p.

Excluindo-se os efeitos das despesas não-recorrentes registradas ao longo do ano, o lucro líquido de 2021 totalizou R\$ 866 milhões, com um aumento de 11,6% em comparação ao lucro líquido ajustado de 2020. A margem líquida ajustada foi de 5,5%, pressionada em 80 bps.

Ciclo de Caixa



No 4T 21, o ciclo de caixa foi de 110 dias, o que representa um aumento de 15 dias versus o 4T 20.

A maior variação ocorreu na linha de estoques, com um aumento de 9 dias em relação ao 4T 20, decorrente do maior número de lojas e da inauguração do CD de Cabo de Santo Agostinho (PE) ao final de 2021. A linha de recebíveis registrou um aumento de 4 dias, em função do maior volume de vendas em cartão de crédito e boleto (para clientes do atacado). Por sua vez, a linha de fornecedores apresentou uma redução de 3 dias.

No entanto, é importante ressaltar que, quando comparado ao 3T 21, os estoques apresentaram uma redução de 4 dias e o ciclo de caixa se manteve estável, fruto do trabalho que o Grupo está realizando para otimizar seu capital de giro.

Investimentos

Em R\$ mil	4T 21	4T 20	Var. %	2021	2020	Var.%
Lojas Inauguradas	76.687	42.853	79%	291.752	212.554	37,3%
Infraestrutura (CDs e Indústria)	21.003	12.401	69%	126.903	47.875	165,1%
Terrenos	50.878	35.069	45%	146.320	35.069	317,2%
Obras em Andamento	111.897	95.343	17%	392.303	207.129	89,4%
Reforma, manutenção e outros	97.448	36.405	168%	288.771	98.358	193,6%
Total	357.912	222.071	61%	1.246.049	600.985	107%

No 4T 21, os investimentos totalizaram R\$ 358 milhões, 61% a mais quando comparado ao 4T 20. O aumento deve-se à inauguração de novas lojas; à ampliação da infraestrutura, com a inauguração de um CD e à compra de terrenos.

Em 2021, o capex do Grupo totalizou R\$ 1,2 bilhão, um aumento de 107% quando comparado 2020. É importante ressaltar que o aumento do capex é momentâneo, tendo em vista que o Grupo adiantou compras de terrenos e construções, que irão “retornar” ao caixa da empresa, através de parcerias de sale leaseback.

Fluxo de Caixa

Em R\$ milhões	Dez/21	Dez/20	Var. (%)
EBIT Ajustado	788	725	8,7%
Depreciação e amortização	265	192	38,0%
Atualização passivos de arrendamento	57	33	75,2%
Provisão para obsolescência e quebras	1	(3)	-138,6%
Atualização monetária de arrendamentos	41	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	17	-52,3%
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	38	49	-22,9%
Baixa de imobilizado	10	3	246,2%
Provisão para riscos	-2	2	-195,3%
Recurso das Operações	1.207	944	27,9%
Ciclo de caixa	(1.289)	(1.222)	5,5%
Outros ativos	70	(29)	-337,8%
Fluxo de Caixa Operacional			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.423)	(642)	121,8%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	293	2.590	-88,7%
Fluxo de Caixa líquido	(1.235)	1.714	-172,1%

Registramos um fluxo de caixa líquido negativo de R\$ 1,2 bilhão no 4T 21. Nosso fluxo de caixa de recursos da operação totalizou R\$ 1,2 bilhão, tendo sido consumido pelo ciclo de caixa negativo de R\$ 1,3 bilhão e pelos investimentos de R\$ 1,4 bilhão realizados durante o ano. O caixa aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma redução de 89%.

Endividamento

Em R\$ mil	2021	2020	Var. (%)
Dívida Bruta	(1.042.369)	(592.495)	75,9%
Caixa e equivalentes de caixa	877.255	2.112.385	-58,5%
Aplicações Financeiras	3.071	14.965	-79,5%
Caixa Líquido/Dívida Líquida	(162.043)	1.534.855	-110,6%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,14x	-1,5x	

O Grupo Mateus encerrou 2021 com uma dívida líquida de R\$ 162 milhões, comparado a um caixa líquido de R\$ 1,5 bilhão ao final de 2020.

A variação deve-se, principalmente, aos empréstimos contraídos durante o 4T 21. A relação dívida líquida/EBITDA ajustado encerrou o ano em 0,14x, em linha com os valores observados anteriormente pela companhia.

Ambiental, Social e Governança (ESG) no Grupo Mateus

O Grupo Mateus entende seu papel como agente transformador e vem atuando para contribuir com uma sociedade mais justa e sustentável. Abaixo, destacamos os principais projetos que realizamos ao longo do ano:

1) Responsabilidade Social

O Grupo realiza uma série de projetos sociais, com o intuito de promover melhorias nas comunidades onde está inserido. Listamos abaixo os projetos feitos em 2021:

Mateus Kids: projeto voltado para o público infantil, com foco no desenvolvimento de habilidades socioeducativas, proporcionando aprendizagem através de temáticas do consumo consciente e alimentação saudável, promovendo atividades lúdicas educativas, com o incremento de ações sociais.

Doe Sangue: campanha de conscientização e doação realizadas em nossas lojas e centros administrativos. Ao todo, foram coletadas 410 bolsas de sangue em São Luís.

Fios de Amor: programa cujo intuito é engajar e incentivar os colaboradores e clientes na doação de cabelos para confecção de perucas destinadas a instituições que são referência em tratamento de câncer. Ao todo, foram doadas 85 perucas no Maranhão e Pará.

Libras na Mão: incentivamos nossos colaboradores a aprender a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, através de cursos semestrais, nas modalidades online e presencial. O curso presencial tem duração de 40h, com turmas de até 30 alunos. O projeto é realizado em parceria com o Centro de Apoio à Pessoa com Surdez – CAS, que busca garantir à comunidade surda maranhense as condições favoráveis para um caminhar rumo a inclusão social.

Abraçando Vidas: semanalmente, realizamos a doação de frutas, verduras, legumes e ovos para instituições parceiras.

Projeto Engraxate: projeto realizado com instituições parceiras, com o objetivo de resgatar jovens e adultos da ociosidade e que estão fora do mercado de trabalho e/ou em situação de vulnerabilidade social, por meio do ofício de engraxate. No total, 1.440 pessoas participaram do projeto durante o ano.

Hospital de campanha: durante o primeiro trimestre de 2021, o Grupo construiu um hospital de campanha para auxiliar o estado do Maranhão no combate à Covid19. Ao todo, foram 80 leitos, sendo 70 de enfermaria e 10 de UTI.

Além dos projetos externos, o Grupo também foca no desenvolvimento de seus funcionários, tendo em vista que o pilar de Pessoas é parte da estratégia da companhia. Em 2021, foram contratados mais de 18.500 funcionários, dos quais 1.079 foram aprendizes. Adicionalmente, a UniMateus, nossa universidade corporativa (antiga ULMA) treinou, ao longo do ano, aproximadamente 35.000 funcionários e formou 922 novas lideranças.

2) Meio Ambiente

No que tange a preservação do meio ambiente, o Grupo adota diversas práticas para diminuir o impacto de suas operações. A principal delas diz respeito ao consumo de energia: 88% da energia consumida pelas lojas, administrativo e indústria provém de fontes de energia verde (versus 85% em 2020), tais como biogás, biomassa e eólica.

Consumo em MWh	Convencional	Verde	Total
MA	993	15.835	16.828
PA	1.024	6.637	7.661
PI	508	1.099	1.607
CE	614	-	614
Total	3.140	23.571	26.710
%	12%	88%	100%

Nossos Centros de Distribuição adotam práticas de reutilização de recursos e materiais. Os paletes usados nas movimentações de mercadorias são reutilizados para a fabricação de móveis para o próprio CD, enquanto a água usada para a lavagem dos caminhões da nossa frota é reutilizada para a limpeza das áreas externas dos CDs. Além disso, também é feita a reforma dos pneus usados.

O Grupo também realiza a reciclagem dos resíduos gerados pelas lojas. Ao todo, em 2021, foram reciclados um total de 9.215 toneladas, sendo 8.000 de papelão, 1.200 de plástico e 15 de pet.

3) Governança

O Grupo Mateus está listado no segmento do Novo Mercado da B3 e, conseqüentemente, adota padrões de governança mais elevados. Neste sentido, além do Conselho de Administração (com dois membros independentes) e do Comitê de Auditoria, instituímos, em 2021, o Conselho Fiscal e a Secretaria de Governança, visando garantir ainda mais transparência e segurança no cumprimento dos deveres legais e estatutários.

ANEXOS:

I - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (em R\$ mil)	4T 21	4T 20	Var (%)	2021	2020	Var (%)
Receita líquida de vendas	4.441.117	3.635.296	22,2%	15.876.857	12.397.038	28,1%
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(3.441.310)	(2.781.021)	23,7%	(12.174.415)	(9.407.628)	29,4%
Lucro bruto	999.808	854.275	17,0%	3.702.442	2.989.410	23,9%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas administrativas, gerais e de vendas	(768.131)	(646.998)	18,7%	(2.788.715)	(2.149.425)	26,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.879	(1.923)	509,7%	(59.267)	(3.102)	1810,9%
	(760.252)	(648.921)	17,2%	(2.847.982)	(2.152.526)	29,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	239.556	205.354	16,7%	854.460	836.884	9,5%
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	39.361	29.563	33,1%	141.263	83.477	69,2%
Despesas financeiras	(52.074)	(44.465)	17,1%	(208.173)	(195.820)	37,8%
Total	(12.713)	(14.902)	-	(66.910)	(112.343)	14,5%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	226.843	190.452	19,1%	787.550	724.541	8,7%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(18.759)	5.004	474,8%	(18.759)	(1.944)	865,2%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(2.031)	100,0%	-	3.673	-
Total	(18.759)	2.973	731,0%	(18.759)	1.729	1184,9%
Lucro líquido do exercício	208.084	193.423	7,6%	768.791	726.270	5,9%

*Com ajustes do IFRS 16 entre linhas da Despesas e do Resultado Financeiro

II - BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (em R\$ mil)	Dez/21	Dez/20
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	877.255	2.112.385
Contas a receber	1.816.264	1.305.458
Estoques	3.498.630	2.617.533
Tributos a recuperar	67.338	21.882
Outros ativos	12.670	8.758
Total do ativo circulante	6.272.157	6.066.016
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	3.071	14.965
Partes relacionadas	7.321	22.166
Tributos a recuperar	135.289	140.240
Outros ativos	28.868	1.619
Depósitos judiciais	16.340	14.757
Ativos de direito de uso	907.504	597.051
Intangível	2.556	450
Imobilizado	2.581.885	1.341.447
Total do ativo não circulante	3.682.834	2.132.695
Total do ativo	9.954.991	8.198.711

Passivo (em R\$ mil)	Dez/21	Dez/20
Passivo circulante		
Fornecedores	1.056.585	944.604
Empréstimos e financiamentos	81.740	32.022
Debêntures	91.092	29.146
Obrigações trabalhistas	224.680	178.802
Obrigações tributárias	98.616	96.392
Tributos parcelados	30.002	6.392
Passivos de arrendamento	61.137	67.184
Outros passivos	6.485	6.788
Total do passivo circulante	1.650.337	1.361.330
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	548.352	89.296
Debêntures	321.185	442.031
Tributos parcelados	32.534	23.353
Provisão para riscos	15.187	17.208
Passivos de arrendamento	890.536	523.288
Partes relacionadas	20.279	34.665
Total do passivo não circulante	1.828.073	1.129.841
Patrimônio líquido		
Capital social	4.780.929	4.780.929
Reserva de incentivos fiscais	1.499.139	778.155
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	44.217	44.217
Reserva legal	78.902	40.955
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores	6.403.187	5.644.256
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores	73.394	63.284
Total do patrimônio líquido	6.476.581	5.707.540
Total do passivo e do patrimônio líquido	9.954.991	8.198.711

III – FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	787.550	724.539
Ajuste para a reconciliação do lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	264.958	192.022
Atualização passivos de arrendamento	57.476	32.804
Provisão para obsolescência e quebras	1.085	(2.813)
Atualização monetária de arrendamentos	41.679	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.337	17.471
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	38.143	49.441
Baixa de imobilizado	10.123	2.924
Provisão para riscos	(2.021)	2.120
Aumento (redução) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(519.143)	(505.393)
Estoques	(882.182)	(1.117.309)
Tributos a recuperar	(40.505)	(83.066)
Depósitos judiciais	(1.583)	(2.845)
Outros ativos	(31.161)	4.937
	(519.143)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	111.981	394.680
Obrigações trabalhistas e tributárias	48.102	88.023
Tributos parcelados	32.791	23.862
Outros passivos	(303)	(10.368)
Impostos pagos	(18.759)	(1.943)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(93.432)	(190.914)
Juros pagos	(10.828)	(43.245)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(104.260)	(234.159)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.432.460)	(640.981)
Venda de imobilizado	(2.840)	-
Aquisição de intangível	-	(450)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	11.894	(357)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.423.406)	(641.788)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	533.326	690.655
Partes relacionadas	459	(19.214)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	161
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(110.767)	(1.004.569)
Integralização de capital social	(99)	3.034.214
Participação de não controladores	250	-
Pagamento passivo de arrendamento	(130.732)	(111.178)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	292.437	2.590.069
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(1.235.229)	1.714.122
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.112.385	398.263
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	877.156	2.112.385
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(1.235.229)	1.714.122

IV – AJUSTES DO IFRS

DRE (em R\$ mil)	4T 21	IFRS16	4T 21 ex-IFRS	2021	IFRS16	2021 ex-IFRS
Receita Líquida	4.441.117		4.441.117	15.876.857		15.876.857
Custo das mercadorias vendidas	(3.441.310)		(3.441.310)	(12.174.415)		(12.174.415)
LUCRO BRUTO	999.808		999.808	3.702.442		3.702.442
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas administrativas, gerais e de vendas	(748.223)	(19.908)	(768.131)	(2.727.008)	(61.707)	(2.788.715)
Outras receitas (despesas) operacionais	7.879		7.879	(59.267)		(59.267)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	259.464		239.556	916.167		854.460
RESULTADO FINANCEIRO	(32.622)	19.908	(12.714)	(128.617)	61.707	(66.910)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	226.842		226.842	787.550		787.550
Imposto de renda e contribuição social	(18.759)		(18.759)	(18.759)		(18.759)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	208.083		208.083	768.791		768.791

Sobre o Grupo Mateus

O **Grupo Mateus** é a quarta maior empresa de varejo alimentar do país, com operações no varejo de supermercados, atacarejo, atacado, móveis e eletrodomésticos, e-commerce, indústria de panificação e central de fatiamento e porcionamento.

Contatos de Relações com Investidores

www.ri.grupomateus.com.br

São Luís, 10 de março de 2022 - Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros do Grupo Mateus, baseadas exclusivamente nas expectativas da Administração da Companhia. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudança sem aviso prévio. Diante de tais incertezas, o Grupo Mateus não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.

Para melhor representar o cenário econômico do negócio, os números são apresentados sem efeito de IFRS 16 na DRE nos períodos em referência.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Acionistas e Administradores do
Grupo Mateus S.A.
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Mateus S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Mateus S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 06 (R2) e IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (Notas Explicativas nºs 10 e 17)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 10 e 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, em 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o novo pronunciamento contábil NBC TG 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 – *Leases* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com base na abordagem retrospectiva modificada, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, não havendo reapresentação de informação comparativa.

A adoção do IFRS16/NBC TG 06 (R2) resultou em impactos significativos quando da sua adoção e foi novamente, considerada uma área de risco para a nossa auditoria do exercício corrente, pois envolveu julgamento significativo por parte da administração da Companhia na determinação da taxa incremental de juros e dos prazos dos contratos de arrendamento, que são estimativas críticas na mensuração utilizadas para calcular o ativo por direito de uso e o passivo de arrendamento. Mudanças nestas estimativas podem ter impactos significativos nos valores reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido ao julgamento envolvido na definição do prazo de arrendamento e a complexidade envolvida na determinação das premissas utilizadas para definição das taxas de desconto para cálculo do passivo de arrendamento e a relevância dos impactos que uma mudança dessa taxa poderia ter na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso de um ativo (assim como a relevância das divulgações dos efeitos da adoção inicial da NBC TG 06 (R2)/IFRS 16), esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das práticas contábeis da Companhia para determinar os prazos dos arrendamentos;
- Verificação da taxa incremental de juros (conforme informações recebidas de instituições financeiras);
- Seleção de amostra de contratos de arrendamento para avaliação da exatidão matemática dos valores do ativo por direito de uso e do passivo de arrendamento calculados pela Companhia com base nos dados contratuais;
- Teste da integridade e precisão dos dados utilizados nos cálculos efetuados pela administração da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente mencionados, consideramos que os critérios utilizados para registro dos ativos de direito de uso e dos passivos correspondentes de arrendamento assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões para riscos (Nota Explicativa nº 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria no exercício corrente devido à relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas; Testes das despesas com assessores legais para confirmar que todos os assessores legais foram avaliados para serem objeto de confirmação de processos judiciais em andamento;
- Atualização do entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos; confirmação junto aos assessores jurídicos externos da Companhia sobre os processos judiciais e administrativos que os mesmo patrocinam em relação à avaliação do prognóstico, totalidade das informações e ao valor estimado das demandas judiciais base para registro e divulgação das provisões para riscos (contingências).

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e divulgação da provisão para riscos foram adequados, e são consistentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de acordos comerciais (Nota Explicativa nº 24)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O Grupo recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados junto aos seus fornecedores. Esses acordos comerciais variam conforme cada negociação, podendo compreender acordos pelo volume de compra, redução e ou diferença de preço, recomposição de margem, verbas (percentual sobre compras), propaganda cooperada e demais negociações especiais. A forma de abatimento varia conforme as condições previstas nos acordos de fornecimento, podendo haver descontos de títulos e recebimento de mercadoria bonificada. As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos e ao grau de julgamento exercido pelo Grupo sobre a natureza e o cumprimento das obrigações descritas nos acordos negociados com fornecedores, bem como das estimativas para apurar os valores a serem registrados e o exercício durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido como redutor dos custos das mercadorias vendidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos, novamente para o exercício corrente, esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos julgados como chaves no processo de compras e acordos comerciais;
- Recálculo dos valores “acordos comerciais - verbas” a receber sobre uma amostragem, em relação às transações de compra. Avaliação das condições previstas no acordo, recálculo do valor a receber de verbas, comparação com o saldo contábil, inspeção da liquidação financeira subsequente e ou o recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;
- Seleção de amostragem para os demais acordos comerciais (rebaixa/diferença de preço, inauguração de loja, propaganda cooperada, entre outros), para os quais obtivemos documentação suporte dos acordos firmados, incluindo a evidência de liquidação financeira subsequente e/ou o abatimento pelo recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;
- Observação da data de vencimento na documentação suporte e validação da integralidade do *aging list* apresentado pela Companhia, além da avaliação quanto à adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados em base de testes;
- Análise das variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos descontos comerciais obtidos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos indicados anteriormente, consideramos que os saldos registrados de Acordos comerciais e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Subvenções governamentais – ICMS (Nota Explicativa nº 26)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

De acordo com a legislação estadual, a controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS que consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulta em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do exercício e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática. Este conceito contábil é aplicado, pois a administração entende que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, bem como a entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações.

Devido à relevância dos valores envolvidos, às premissas utilizadas pelo Grupo para determinar o conceito contábil, que podem impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo novamente em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtivemos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, por meio de indagações aos responsáveis da área tributária do Grupo e testes por amostragem, o entendimento da metodologia de registro da subvenção governamental nas demonstrações financeiras;
- Efetuamos o recálculo da subvenção governamental de ICMS e avaliamos a adequação da apresentação dos saldos entre receitas e custos, assim como a suficiência dos registros; e
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente as relacionadas às premissas e condições da NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20).

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente citados, consideramos que são aceitáveis os registros efetuados pelo Grupo na determinação sobre a contabilização da subvenção governamental de ICMS nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 09 de março de 2022

Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Grupo Mateus S.A. (“Companhia” ou “Grupo Mateus”) é uma holding cuja atividade preponderante é a participação societária no capital de outras, que foi constituída em 13 de junho de 2016 com o nome de Exitus Holdings S.A., com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão. O principal investimento da controladora é a participação acionária no Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A. que atuam no segmento de atacado e varejo, eletro, e mix, e indústria por meio da controlada Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.

Investidas	Participação do capital total	
	31/12/2021	31/12/2020
Controladas		
Armazém Mateus S.A. (a)	98,71%	99,99%
Mateus Supermercados S.A. (b)	99,99%	99,99%
Indústria de Pães e Massas Mateus (c)	99,99%	99,57%
Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (d)	99,99%	99,99%
Posterus Supermercados Ltda. (e)	97,05%	96,85%

(a) Armazém Mateus S.A. (“Armazém”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 26 de abril de 1989, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país;

(b) Mateus Supermercados S.A. (“Supermercado”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 18 de agosto de 2000, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país através de sua cadeia de supermercados;

- (c) Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. (“Indústria de Pães”) é uma sociedade responsabilidade limitada, que foi constituída em 19 de junho de 2007, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de fabricação e comércio atacadista de biscoitos, bolachas, bolos, pães e massas alimentícias e cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;
- (d) Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (“Rio Balsas”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 09 de julho de 2007, com sede na cidade São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de holding de instituições não-financeiras cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia; e
- (e) Posterus Supermercados Ltda. (“Posterus”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída 21 de março de 2017, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentício – nas regiões Norte e Nordeste do país através de cadeia de supermercados.

1.1. Impactos Covid-19

A Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019 na China e chegou a diversos países rapidamente, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que sofreu e ainda vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as Companhias ficaram expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém monitoramento constante sobre a evolução do tema tomando medidas bem como as descritas a seguir, e até o momento não houve expectativas de impactos nas operações da Companhia.

- Implementação de medidas de segurança a fim de salvaguardar a saúde dos clientes e de seus funcionários seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e os decretos estaduais;
- Negociações de prazos e preços com fornecedores visando um melhor relacionamento no cenário de pandemia com o intuito de conter o aumento de preços dos produtos a serem repassados aos clientes; e
- Abastecimento constante dos centros de distribuições e lojas, aumento dos esforços na melhoria do “Mateus APP” com a implementação do sistema de entregas “Delivery”.

A Companhia avaliou estimativas contábeis e verificou que não havia necessidade de adotar novos critérios além dos que já eram adotados por ela, a exemplo das provisões de perda em estoque, provisão para devedores duvidosos ou possíveis impactos de *impairment*.

Foram avaliadas novas medidas para o setor financeiro, em especial o contas a pagar e a receber por intermédio do setor de cobrança, onde foram avaliados os prazos dados aos clientes e taxas de juros.

Ao todo a Companhia chegou à conclusão de que apesar da magnitude da pandemia e dos impactos causados, não houve a necessidade de registro de efeitos que pudessem afetar de forma significativa as operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia segue monitorando todos os impactos advindo da pandemia e, divulgação de novas medidas caso necessário.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e base de elaboração

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em conformidade com o CPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, a Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira (Lei das S.As) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Grupo elaborou Demonstrações dos Valores Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

- **Nota Explicativa nº 6** – Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes;
- **Nota Explicativa nº 7** – As principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- **Nota Explicativa nº 17** – Arrendamentos;

- **Nota Explicativa nº 20** – Mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, às principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos.
- **Nota Explicativa nº 22** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as companhias relacionadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas companhias.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as companhias consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido com base no método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as companhias controladora, controladas ou entre controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das companhias controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as companhias controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5. Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

3. Sumário das principais políticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Conversão de moeda estrangeira

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item **(ii)** abaixo);
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 25).

ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “*hedge*” designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (ver item (i) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (vide item (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base;
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam **(i)** contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantidos para negociação, ou **(iii)** designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos Futuro de Moeda - NDF ("Non Deliverable Forward"), não designados como para contabilidade de hedge (hedge accounting), para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações financeiras

São representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda de suas controladas Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A., provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como “custo amortizado”.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é reconhecido, quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

f) Estoques

De acordo com o CPC 16 – Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A Companhia ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos, bem como ajustes para correção da eliminação do lucro nos estoques da controlada Supermercado Mateus S.A., onde parte substancial das transações de compra de produtos do Supermercado são realizadas com sua parte relacionada Armazém Mateus S.A.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o exercício de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

h) Arrendamentos

Direito de uso em arrendamento

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica à isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica à concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (“*impairment*”). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente – Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“*impairment*”) os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por “*impairment*” é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em exercícios futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificado “*impairment*” para ativos não financeiros.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

l) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, **(ii)** for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

m) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica "Receita operacional líquida" durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

n) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

o) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

p) Distribuição de lucros

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

r) Lucro básico e diluído por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

s) Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2021

Uma série de novas normas contábeis foram alteradas e ou criadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência: Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021;
- Contratos Onerosos: Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- Referência à Estrutura Conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante: (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023;
- IFRS 17 Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-	16.975	18.445
Bancos	2.077	1.167	84.921	121.524
Aplicações financeiras	432.877	1.878.378	775.359	1.972.416
Total	434.954	1.879.545	877.255	2.112.385

As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e de 105% do fundo de investimento em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 os percentuais foram respectivamente 100% e 94%).

5. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste do Brasil S.A. Reservas (*)	-	10.886
Brasil Capitalizações	-	77
Bradesco Capitalizações	-	194
Banco do Nordeste do Brasil S.A. Capitalizações	2.314	400
Banco Santander S.A.	-	2.455
Banco Safra S.A.	-	45
Banco da Amazônia Capitalizações	757	908
Total	3.071	14.965

- (*) Refere-se ao depósito para garantia do pagamento do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, mantido em aplicações financeiras de longo prazo. A partir da quitação dos empréstimos em dezembro de 2020, as aplicações foram resgatadas no primeiro trimestre de 2021 para manutenção do nível de capital de giro.

Durante todo o prazo do contrato, as companhias devem manter em favor destas contas reservas, com recursos vinculados, no valor em uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com a linha contratada.

Essas aplicações financeiras estão classificadas como ativo não circulante por estarem sujeitos a risco de mudança de valor se resgatados antes do prazo, os mesmos são resgatados no prazo médio de 05 anos.

6. Contas a receber

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Títulos a receber	856.548	538.875
Cartão de crédito	1.008.401	806.931
Subtotal	1.864.949	1.345.806
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.685)	(40.348)
Total	1.816.264	1.305.458

Segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2020	Movimento	Saldo em 31/12/2021
(40.348)	(8.337)	(48.685)

Saldo em 31/12/2019	Movimento	Saldo em 31/12/2020
(22.877)	(17.471)	(40.348)

A Companhia e suas controladas sempre mensuram a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente a Perdas de Crédito Esperadas (PCE). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há contas a receber dado em garantia pela Companhia e suas controladas.

b) Composição de saldos por idade de vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	1.720.924	1.242.135
Contas a receber - vencidos		
De 01 a 30 dias	24.717	49.364
De 31 a 60 dias	38.626	6.964
De 61 a 90 dias	13.900	4.789
De 91 a 180 dias	18.097	2.206
De 181 a 360 dias	7.699	6.440
Acima de 360 dias	40.986	33.908
Total	1.864.949	1.345.806

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Mercadorias para revenda	3.397.663	2.491.444
Provisão para obsolescência e quebras (a)	(2.943)	(1.858)
Bonificação em estoques (b)	(5.647)	(1.781)
Adiantamento a fornecedores	109.557	129.728
Total	3.498.630	2.617.533

Movimentação da provisão para obsolescência e quebras:

Saldo em 31/12/2020	Movimento	Saldo em 31/12/2021
(1.858)	(1.085)	(2.943)

Saldo em 31/12/2019	Movimento	Saldo em 31/12/2020
(4.671)	2.813	(1.858)

- (a) A natureza das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição. A Companhia e suas controladas monitoram estas ocorrências através de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência; e
- (b) A Companhia e suas controladas apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque recebidas e não realizadas totalizam R\$ 5.647 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.781 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há estoques dados em garantia pela Companhia e suas controladas.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a compensar	-	-	3.565	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar - CIAP (a)	-	-	130.959	65.987
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a compensar	-	-	7.362	7.111
Imposto de renda sobre aplicação financeira	251	858	1.776	2.619
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a compensar	-	-	2.558	2.557
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	10.475	15.143
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	-	-	45.932	68.705
Total	251	858	202.627	162.122
Circulante	251	858	67.338	21.882
Não circulante	-	-	135.289	140.240
Total	251	858	202.627	162.122

(a) Refere-se substancialmente a créditos decorrente de aquisição de ativos imobilizados. A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de impostos, cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A Administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessária, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas companhias do Grupo Mateus.

Em	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Em 01 ano	67.338	21.882
De 01 a 02 anos	89.486	113.845
De 02 a 03 anos	24.619	14.187
De 03 a 04 anos	21.184	12.208
Total	202.627	162.122

9. Imobilizado

	% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2020 Consolidado	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021 Consolidado
Custo						
Terrenos	-	45.616	146.320	-	-	191.936
Edificações	-	25.489	20.266	-	-	45.755
Máquinas e equipamentos	-	465.659	236.089	(916)	7.719	708.551
Móveis e utensílios	-	131.026	51.309	(23)	2.926	185.238
Veículos	-	29.962	4.048	-	-	34.010
Equipamentos de informática	-	50.585	22.271	-	838	73.694
Imobilizações em andamento (a)	-	341.039	642.782	(9.184)	(419.747)	554.890
Edificações em imóveis de terceiros (b)	-	810.077	309.375	-	408.264	1.527.716
Total		1.899.453	1.432.460	(10.123)	-	3.321.790
Depreciação						
Edificações	4	(10.268)	(725)	-	-	(10.993)
Máquinas e equipamentos	10	(171.277)	(59.654)	-	-	(230.931)
Móveis e utensílios	10	(54.199)	(14.945)	-	-	(69.144)
Veículos	20	(27.033)	(2.994)	-	-	(30.027)
Equipamentos de informática	20	(26.019)	(10.484)	-	-	(36.503)
Edificações em imóveis de terceiros	10	(269.210)	(93.097)	-	-	(362.307)
Total		(558.006)	(181.899)	-	-	(739.905)
Saldo		1.341.447	1.250.561	(10.123)	-	2.581.885

	% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2019 Consolidado	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020 Consolidado
Custo						
Terrenos	-	10.516	35.975	-	(875)	45.616
Edificações	-	25.300	189	-	-	25.489
Máquinas e equipamentos	-	326.219	54.645	(132)	84.929	465.661
Móveis e utensílios	-	97.088	13.409	(12)	20.541	131.026
Veículos	-	29.765	117	-	80	29.962
Equipamentos de informática	-	31.133	9.546	(5)	9.909	50.583
Imobilizações em andamento (a)	-	302.444	187.147	(2.775)	(145.777)	341.039
Edificações em imóveis de terceiros (b)	-	438.931	339.953	-	31.193	810.077
Total		1.261.396	640.981	(2.924)	-	1.899.453
Depreciação						
Edificações	4	(9.256)	(1.012)	-	-	(10.268)
Máquinas e equipamentos	10	(132.843)	(38.434)	-	-	(171.277)
Móveis e utensílios	10	(43.759)	(10.440)	-	-	(54.199)
Veículos	20	(24.418)	(2.615)	-	-	(27.033)
Equipamentos de informática	20	(20.382)	(5.637)	-	-	(26.019)
Edificações em imóveis de terceiros	10	(209.962)	(59.248)	-	-	(269.210)
Total		(440.620)	(117.386)	-	-	(558.006)
Saldo		820.776	523.595	(2.924)	-	1.341.447

(a) Referem-se a aquisições em trânsito para construções e aquisições de bens para os centros de distribuição e lojas e adiantamento a fornecedores em conexão com o plano de crescimento esperado da Companhia e suas controladas; e

(b) Referem-se a benfeitorias e expansões nos centros de distribuição e lojas das controladas do grupo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, sendo esta revisada no encerramento de cada exercício com base em suas análises, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem modificar a vida útil ou reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia nas operações de empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 117.583 (R\$ 222.705 em 31 de dezembro de 2020).

10. Ativos de direito de uso

	%taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2020 <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrados	Correção monetária	Saldo em 31/12/2021 <u>Consolidado</u>
Custo							
Direito de uso de arrendamento	-	732.927	559.252	-	(194.359)	27.885	1.125.705
Depreciação	8,22	(135.876)	(82.325)	-	-	-	(218.201)
Total		597.051	476.927	-	(194.359)	27.885	907.504

	%taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2019 <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrados	Correção monetária	Saldo em 31/12/2020 <u>Consolidado</u>
Custo							
Direito de uso de arrendamento	-	453.048	287.924	-	(8.045)	-	732.927
Depreciação	8,64	(61.239)	(74.637)	-	-	-	(135.876)
Total		391.809	213.287	-	(8.045)	-	597.051

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador (parte relacionada vide Nota Explicativa nº 19), pelo prazo de 01 a 20 anos.

A Companhia apresentou às suas taxas de desconto de 9,00% em 31 de dezembro de 2021 e de 8,85% em 31 de dezembro de 2020, com base em consulta a instituições financeiras, média ponderada das captações do exercício.

11. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Participações em companhias controladas		
Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	142.239	55.020
Armazém Mateus S.A.	4.831.440	2.918.606
Mateus Supermercados S.A.	739.793	680.601
Posterus Supermercados Ltda.	81.322	83.488
Rio Balsas Part. e Empreend. Ltda.	175.566	27.375
Total	5.970.360	3.765.090

Resumo dos investimentos

	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Lucro líquido		Lucro não realizado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Participações em companhias controladas										
Indústria de Pães e Massas										
Mateus Ltda.	99,99%	99,57%	144.229	57.005	87.249	1.164	1.140	14.766	8	16
					3.311.21	2.151.44				
Armazém Mateus S.A.	98,71%	99,99%	4.900.406	2.977.211	4	5	763.425	697.417	-	-
Mateus Supermercados S.A.	99,99%	99,99%	753.576	682.032	720.081	647.135	(1.402)	29.529	13.793	27.983
Posterus Supermercados Ltda.	97,05%	96,85%	84.233	84.750	87.214	81.714	(6.017)	3.467	414	1.427
Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda.										
	99,99%	99,99%	175.567	27.376	170.630	22.205	(234)	(434)	-	-

Movimentação

Controladora	Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	Posterus Supermercados	Rio Balsas	Indústria Blanco Ltda.	Armazém Mateus S.A.	Mateus Supermercados S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.498	-	-	9.816	1.790.653	47.598	1.888.565
Resultado da equivalência patrimonial	14.506	3.340	(434)	-	697.348	29.526	744.286
(- /+) Lucro não realizado nos estoques	16	1.427	-	-	-	27.983	29.426
(-) Reversão de investimento	-	-	-	(9.816)	-	-	(9.816)
Aporte de capital	-	78.721	27.809	-	430.605	575.494	1.112.629
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.020	83.488	27.375	-	2.918.606	680.601	3.765.090
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.020	83.488	27.375	-	2.918.606	680.601	3.765.090
Resultado da equivalência patrimonial	1.157	(5.825)	(234)	-	753.064	(1.402)	746.760
(- /+) Lucro não realizado nos estoques	(8)	(414)	-	-	-	(13.793)	(14.215)
Aporte de capital	86.085	5.500	148.425	-	1.159.769	72.946	1.472.725
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.254	82.749	175.566	-	4.831.439	738.352	5.970.360

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
De produtos	-	-	830.832	785.012
De serviços	-	185	100.843	81.028
De imobilizado	-	-	24.806	46.999
De consumo	-	-	100.104	31.565
Total	-	185	1.056.585	944.604

Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

13. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<i>Leasing (a)</i>	83.284	105.620
Financiamento de máquinas e equipamentos (Finame) (b)	34.299	15.698
Empréstimos (c)	512.509	-
Total	630.092	121.318
Circulante	81.740	32.022
Não circulante	548.352	89.296
Total	630.092	121.318

- (a) Os leasings são destinados para aquisição de máquinas e equipamentos, possuem taxa de juros mensais pré-fixadas de 0,9% e anuais pré-fixadas de 11,71% tendo como garantia os próprios bens financiados. O vencimento final é em 11 de fevereiro de 2026; e
- (b) Os Financiamentos para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame) possuem taxa de juros anuais pré-fixados de 6,00% em média ou taxa pós-fixada média de 1,15% mais Taxa de Longo Prazo TLP, tendo como garantia os próprios bens financiados, além do aval dos sócios. O vencimento final é em 15 de maio de 2027. Os Financiamentos de Importação (Finimp), possuem taxas anuais pós-fixadas de CDI +2,32%, tendo como garantia o aval dos sócios. O vencimento final é em 06 de outubro de 2022. Em 30 de setembro de 2021 todos os financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste (FNE) tinham sido liquidados;
- (c) Em 1 de outubro de 2021, a Companhia realizou operação de empréstimo com Banco da Amazonia, no montante de R\$ 100.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,67% ao ano com prazo de pagamento de 5 anos, tendo sua primeira parcela paga em 25/01/2022. Os pagamentos de juros e amortização do principal serão mensais.

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia emitiu Cédula do Produtor Rural (CPR) junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 162.509, tendo sua remuneração pré-fixada equivalente a 10,8% a.a., com pagamento único no vencimento, em 2024 (nota 27). A Companhia faz uso de operações de swap desta captação, trocando estas obrigações por uma taxa de 95% do CDI.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu Cédula do Produtor Rural, no montante de R\$ 250.000, com remuneração equivalente à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI) acrescidos de encargos adicionais de 1,82% a.a. Todas as operações foram realizadas para o plano de expansão (nota 27).

As captações realizadas neste último trimestre não estão condicionadas ao cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros.

A movimentação dos saldos circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos no exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Captação		Amortização		31/12/2021
		Principal	Atualizações	Principal	Juros	
<i>Leasing</i>	105.620	58	10.413	(22.399)	(10.408)	83.284
Financiamentos	15.698	20.759	(293)	(1.445)	(420)	34.299
Empréstimos	-	512.509	-	-	-	512.509
Total	121.318	533.326	10.120	(23.844)	(10.828)	630.092

	31/12/2019	Captação		Amortização		31/12/2020
		Captação	Atualizações	Principal	Juros	
<i>Leasing</i>	46.391	81.911	8.964	(24.579)	(7.067)	105.620
Financiamento de máquinas e equipamentos (Finame)	55.902	140.794	175.218	(338.698)	(17.518)	15.698
Capital de giro	293.811	467.950	(148.166)	(594.935)	(18.660)	-
Total	396.104	690.655	36.016	(958.212)	(43.245)	121.318

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	47.341
2023	84.555	11.559
2024	246.989	18.862
2025	82.597	8.425
A partir de 2026	134.211	3.109
Total	548.352	89.296

Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia e suas controladas obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia e suas controladas, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

Garantias e fianças

As investidas “Mateus Supermercado S.A.” e “Armazém Mateus S.A.” são fiadoras/avalistas solidárias e interveniente garantidora dos empréstimos e financiamentos da parte relacionada “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.”.

Os contratos da “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.” que as empresas supracitadas são fiadoras/avalistas totalizaram R\$ 223.454 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 248.304 em 31 de dezembro de 2020), conforme seguem abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento CRI - Crédito Imobiliário (Itaú)	43.199	53.750
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI 212 (XP investimentos)	180.652	194.554
Total	223.851	248.304

Em 16 de setembro de 2020, as investidas Mateus Supermercado S.A. e Armazém Mateus S.A. firmaram contrato sobre condições gerais para a prestação de garantia com a empresa Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., onde regularam os termos e condições para a prestação de Garantias por ambas as partes, de forma a garantir o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias (inclusive todos os ônus, juros, multas, taxas, tributos, encargos e demais despesas) assumidas pelas partes perante a credores (“Obrigações Garantidas”).

Ficou acordado que as partes se comprometem periodicamente a apurar o saldo devedor total das Obrigações Garantidas por cada Parte e sobre esta diferença apurada será devida uma remuneração à taxa de 1% (um por cento) ao ano, como contraprestação às obrigações garantidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor total das obrigações garantidas era no montante de R\$12 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração deverá ser revista anualmente e ajustada, conforme necessário, para refletir as taxas usualmente praticadas pelo mercado para esse tipo de operação. O pagamento da remuneração será devido enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente quitadas e/ou enquanto a Parte Garantidora permanecer na qualidade de garantidora das respectivas Obrigações Garantidas.

14. Debêntures

	Consolidado				31/12/2021
	31/12/2020	Captação	Juros	Amortização	
Série única (a)	231.490	-	12.865	(18.189)	226.167
1ª Série (b)	46.938	-	1.936	(16.374)	32.499
2ª Série (b)	20.585	-	365	(18.450)	2.500
1ª Série (c)	144.220	-	10.882	(21.769)	133.333
2ª Série (c)	27.944	-	1.975	(12.141)	17.778
Total	471.177	-	28.023	(86.923)	412.277
Circulante	29.146	-	-	-	91.092
Não circulante	442.031	-	-	-	321.185
Total	471.177	-	-	-	412.277

	Consolidado				31/12/2020
	31/12/2019	Captação	Juros	Amortização	
Série única (a)	231.490	-	-	-	231.490
1ª Série (b)	57.405	-	2.825	(13.292)	46.938
2ª Série (b)	30.845	-	987	(11.247)	20.585
1ª Série (c)	147.496	-	8.108	(11.384)	144.220
2ª Série (c)	36.873	-	1.505	(10.434)	27.944
Total	504.109	-	13.425	(46.357)	471.177
Circulante	30.503	-	-	-	29.146
Não circulante	473.606	-	-	-	442.031
Total	504.109	-	-	-	471.177

- (a) Em 12 de novembro de 2019, o Mateus Supermercados emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações e nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza, no montante total de R\$230.000 e R\$1.000 por debênture, com vencimento em 12 de novembro de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,00% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/ 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;
- (b) Em 10 de janeiro de 2017, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R\$60.000, e 2ª Série no montante de R\$40.000 e R\$1 por debênture com vencimentos em 10 de janeiro de 2025 e 10 de janeiro de 2022 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,30% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,10% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição; e
- (c) Em 14 de novembro de 2018, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R\$160.000, e 2ª Série no montante de R\$40.000 e R\$1 por debênture, com vencimentos em 14 de novembro de 2026 e 14 de novembro de 2023 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,35% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,18% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Seguem as características gerais das debêntures das controladas:

Séries	Qtd. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	230.000	100% DI + 2,00%	Trimestral até novembro de 2021 e mensal até o vencimento
1ª Série	60.000	100% DI + 3,30%	Trimestral até janeiro de 2019 e trimestral até o vencimento
2ª Série	40.000	100% DI + 3,10%	Trimestral até janeiro de 2018 e trimestral até o vencimento
1ª Série	160.000	100% DI + 2,35%	Trimestral até agosto de 2020 e mensal até o vencimento
2ª Série	40.000	100% DI + 2,18%	Trimestral até maio de 2019 e mensal até o vencimento

Garantias da primeira e segunda emissão

Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre o Armazém Mateus, o agente fiduciário e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

Cláusulas restritivas

De acordo com o contrato de financiamento, as controladas Armazém Mateus e Mateus Supermercados obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“*covenants*”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, dentro do exercício de amortização da dívida, da dívida líquida pelo “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*”, a qual deve obedecer ao limite de 2 a 2,5% vezes; e
- b) Outras condições contratuais tais como aplicação do recurso no centro de distribuição e abastecimento do mesmo com estoques, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as controladas cumpriram com os referidos “*covenants*”, quando aplicáveis.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	126.771
2023	90.815	90.815
2024	82.667	82.667
2025	75.167	75.167
A partir de 2026	72.536	66.611
Total	321.185	442.031

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	301	396	66.618	52.434
Provisão de férias	67	67	119.200	94.200
Provisão 13º Salário	-	-	-	-
Rescisões a pagar	-	-	440	385
Contribuição sindical	-	-	90	79
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	93	-	25.182	21.003
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	102	-	5.041	3.948
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	18	-	8.109	6.753
Total	581	463	224.680	178.802

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	80.034	68.492
PIS e Cofins retido na fonte	8	181	556	847
PIS e Cofins a recolher	204	-	449	14.740
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	58	8.419	3.808
Contribuição social sobre Lucro Líquido (CSLL)	3.289	-	6.354	1.376
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	-	346	709
Outros	4	-	2.458	6.420
Total	3.505	239	98.616	96.392

17. Passivo de arrendamento

A amortização do passivo de arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo médio de 15 anos.

A movimentação do arrendamento a pagar, foi a seguinte:

	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	<u>Saldo em 31/12/2020</u> <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrado	Correção monetária	<u>Saldo em 31/12/2021</u> <u>Consolidado</u>
Custo							
Passivo de arrendamento	-	1.099.406	915.790	(130.732)	(286.773)	71.145	1.668.836
(-) Juros a apropriar	9,00	(508.934)	(356.538)	57.476	93.057	(2.224)	(717.163)
Total		590.472	559.252	(73.256)	(193.716)	68.921	951.673
Circulante		67.184	-	-	-	-	61.137
Não Circulante		523.288	-	-	-	-	890.536
Total		590.472	-	-	-	-	951.673

	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	<u>Saldo em 31/12/2019</u> <u>Consolidado</u>	Adições	Baixas	Encerrado	Correção monetária	<u>Saldo em 30/12/2020</u> <u>Consolidado</u>
Custo							
Passivo de arrendamento	-	658.240	561.672	(112.461)	(8.045)	-	1.099.406
(-) Juros a apropriar	8,85	(267.990)	(273.748)	32.804	-	-	(508.934)
Total		390.250	287.924	(79.657)	(8.045)	-	590.472
Circulante		64.392	-	-	-	-	67.184
Não Circulante		325.858	-	-	-	-	523.288
Total		390.250	-	-	-	-	590.472

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou saldo de passivo de arrendamento no total de R\$ 951.673 (R\$ 590.472 em 31 de dezembro de 2020), sendo este junto a empresa Tocantins Participações saldo no montante de R\$ 116.831 (R\$ 23.151 em 31 de dezembro de 2020).

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	95.907
2023	150.195	84.188
2024	367.144	114.794
2025	517.339	328.425
2026 em diante	450.586	140.918
Juros embutidos	(594.728)	(240.944)
Total	890.536	523.288

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
	Consolidado	Consolidado
Contraprestação do arrendamento	1.668.118	951.673
PIS/Cofins potencial (9,25%)	154.301	88.030

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGPM estimado pela FGV para o ano de 2021 de 31,10% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso	Consolidado
Fluxo real	31/12/2021
Direito de uso	1.125.705
Depreciação	(218.201)
Total	907.504

Passivos de arrendamento	Consolidado
Fluxo real	31/12/2021
Passivo de arrendamento	1.668.836
Despesa financeira	(717.163)
Total	951.673

Ativos de direito de uso	Consolidado
Fluxo inflacionado	31/12/2021
Direito de uso	1.475.799
Depreciação	(286.061)
Total	1.189.738

Passivos de arrendamento Fluxo inflacionado	Consolidado
	31/12/2021
Passivo de arrendamento	2.187.844
Despesa financeira	(940.201)
Total	1.247.643

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme a seguir:

	Consolidado	
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Aluguel de imóveis	(99.164)	(77.487)
Total	(99.164)	(77.487)

18. Tributos parcelados

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento de ICMS (a)	22.066	2.693
Parcelamento Refis	-	1.591
Parcelamento tributos federais (b)	40.470	25.030
Parcelamento IRPJ	-	431
Total	62.536	29.745
Circulante	30.002	6.392
Não circulante	32.534	23.353
Total	60.536	29.745

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor do principal	Multas e juros	Total	Valor do principal	Multas e juros	Total
Circulante						
Parcelamento de ICMS (a)	15.961	5.252	21.213	917	206	1.123
Parcelamento Refis	-	-	-	418	82	500
Parcelamento tributos federais (b)	8.360	429	8.789	2.953	1.501	4.454
Parcelamento IRPJ	-	-	-	244	71	315
Total circulante	24.321	5.681	30.002	4.532	1.860	6.392
Não circulante						
Parcelamento de ICMS (a)	642	211	853	929	641	1.570
Parcelamento Refis	-	-	-	862	229	1.091
Parcelamento tributos federais (b)	30.370	1.311	31.681	13.429	7.147	20.576
Parcelamento IRPJ	-	-	-	86	30	116
Total não circulante	31.012	1.522	32.534	15.306	8.047	23.353

- (a) Em 2019, foram realizados parcelamentos de ICMS em 36, 48 e 60 parcelas, cujo vencimento estão para 2022, 2023 e 2024 respectivamente. No ano de 2018, foram realizados parcelamentos de ICMS, cujo vencimento final é em agosto de 2022, com 48 parcelas. Em dezembro de 2021 foram realizados parcelamentos de ICMS em 10 parcelas cujo vencimento está para setembro de 2022.
- (b) No ano de 2017, foi realizado um parcelamento de tributos federais, cujo vencimento final é em abril de 2027, com 120 parcelas. Em 2020, em decorrência da Covid 19, foram realizados parcelamentos Federais de PIS, Cofins e INSS, ambos com 60 parcelas no qual seus vencimentos estão previstos para final de setembro de 2025. Parcelamento de ICMS com 24, 45, 60 parcelas cujo vencimento está previsto para final de fevereiro de 2025.

Não há garantias ou arrolamento de bens relacionados aos parcelamentos de tributos da Companhia e suas controladas.

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	8.988
2023	9.412	2.188
2024	9.000	1.806
2025	8.571	2.197
A partir de 2026	5.551	8.174
Total	32.534	23.353

19. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. (a)	-	-	562	136
Mateus Eletrônica Ltda. (b)	-	-	4	3
Conveniêre Supermercados Ltda. (c)	-	-	342	12.075
Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda. (d)	-	-	2.145	2.260
Braslub Distribuidora Ltda. (e)	-	-	4.219	7.692
Mateus Supermercados S.A. (f)	2.000,	-	-	-
MJR Participações (g)	-	-	6	-
Rodrigues e Noleto (h)	-	-	39	-
Centro de Inovações Incoworking Ltda. (j)	-	-	4	-
Total	2.000	-	7.321	22.166
Passivo não circulante				
Mateus Locações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	1.578
Indústrias Blanco Ltda (i)	-	-	10.392	11.999
Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda.	-	-	2.104	4.700
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.	350	350	7.621	16.388
Mateus Eletrônica	-	-	2	-
Rodrigues e Noleto	-	-	155	-
Braslub Distribuidora Ltda.	-	-	5	-
Total	350	350	20.279	34.665
Passivos de arrendamentos				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	170.342	23.151
Despesas financeiras de arrendamento				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	53.511	8.735

(a) Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.

O saldo refere-se a títulos a receber pelo Armazém Mateus S.A. sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2022. O saldo de R\$ 7.621 no passivo é referente ao aluguel dos imóveis locados pela Tocantins Part. e Empreendimentos Ltda. ao Mateus Supermercados S.A. para realização de suas atividades operacionais por meio de contrato de locação. O vencimento do referido saldo está previsto para 2022. Não há incidência de juros. O valor registrado como passivo de arrendamento também é um saldo a ser pago à Tocantins.

(b) Mateus Eletrônica Ltda.

Contrato para prestação de serviços de manutenção de produtos eletrônicos e manutenção de balanças, celebrado entre Armazém Mateus e Mateus Eletrônica Ltda. Os serviços são pagos mensalmente, conforme utilização em cada mês e detalhado em nota fiscal emitida.

(c) Conveniêre Supermercados Ltda.

O saldo refere-se a títulos a receber do Armazém por vendas efetuadas à Conveniêre Supermercados sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2022.

(d) Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda.

Operações de compra e venda de produtos entre o Armazém Mateus S.A, como comprador, e a Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda., empresa especializada em produtos farmacêuticos, como vendedora. O valor descrito de R\$ 2.146 está relacionado a diversas ordens de compra ao longo do exercício. As operações não são formalizadas individualmente via contrato, mas, conforme demanda de solicitação de produtos, o Armazém faz a solicitação de compra junto a Invicta e essa, por sua vez, fatura para o Armazém com base nos preços de mercado. O saldo composto por R\$ 2.105 com o Armazém Mateus S.A no passivo, onde o mesmo é abastecido especialmente nos produtos de fraldas. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022

(e) Braslub Distribuidora Ltda.

O saldo refere-se a títulos a receber do Armazém Mateus por vendas efetuadas de lubrificantes à Braslub Distribuidora sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022.

(f) Mateus Supermercados S.A.

O saldo refere-se a títulos a pagar para o Grupo Mateus por licenças de Software. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022.

(g) MJR Participações

O saldo correspondente refere-se ao material de consumo utilizado na construção da empresa.

(h) Rodrigues e Noletto

O saldo refere-se ao aluguel dos imóveis locados pela Rodrigues e Noletto junto ao Mateus Supermercados S.A. para realização de suas atividades operacionais por meio de contrato de locação. Não havendo incidência de juros.

(i) Indústria Blanco Ltda.

Corresponde a operações comerciais praticadas entre o Armazém Mateus S.A., Mateus Supermercados S.A. na qualidade de compradores, e a Indústria Blanco Ltda., empresa especializada no empacotamento de açúcar, na qualidade de vendedora. As operações não são formalizadas individualmente via contrato, mas conforme demanda de solicitação de produtos, o Armazém e Supermercados fazem a solicitação de compra junto à Indústrias Blanco e essa, por sua vez, fatura para o Armazém e Supermercados com base nos preços de mercado. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022.

(j) Centro de Inovações Incoworking

O saldo refere-se a títulos a receber do Armazém Mateus por locação de espaço coworking.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

O Conselho de Administração foi constituído em 14 de agosto de 2020, responsável por estabelecer as políticas gerais de negócios, estratégia de longo prazo e monitorar a diretoria executiva, entre outras responsabilidades. Atualmente, consiste em cinco membros eleitos para mandatos de dois anos em na Assembleia Geral de Acionistas e a reeleição é permitida.

A remuneração do pessoal-chave da Administração foi conforme demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações de curto prazo a diretores e administradores	7.958	1.441
Total	7.958	1.441

20. Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

- a) A provisão para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas, cíveis e tributários	15.187	17.208
Total	15.187	17.208

A seguir a movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.404	2.443	1.241	15.088
Movimento	1.308	(2.141)	2.953	2.120
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.712	302	4.194	17.208
Movimento	(3.091)	(19)	1.089	(2.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.621	283	5.283	15.187

A Companhia e suas controladas também figuram como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$ 64.288 (R\$10.269 em 31 de dezembro de 2020).

As companhias do Grupo Mateus têm um certo número de processos administrativos e tributários decorrentes de reclamações e auto de infração decorrentes de auditorias fiscais. As principais causas de processos da qual as Companhias do Grupo Mateus figuram como uma das partes, estão descritos a seguir:

- **Trabalhistas**

As companhias do Grupo Mateus são partes em sua maioria de processos relacionados a assuntos trabalhistas originados a partir de procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos, terceirizados etc. A maioria dos processos originam-se por conta de reclamações sobre a jornada de trabalho, acidentes de trabalho e demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

- **Cíveis**

O Grupo Mateus é parte de processos originados por meio de desentendimentos ocorridos no interior das lojas, causando aos clientes danos, seja eles materiais ou morais.

- **Tributários**

O Grupo Mateus é parte constante de auditorias fiscais e através destas, é notificada através de autos de infração ocasionados por divergências de informações emitidas aos órgãos públicos responsáveis.

Depósitos judiciais – ativos não circulantes

A Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas e cíveis	16.340	14.757
Total	16.340	14.757

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 do qual teve a sua integralização em 12 de novembro de 2020 é de R\$ 4.963.115 e está representado por 2.209.346.079 ações nominativas, no valor variável de até R\$ 8,97 cada uma conforme demonstrado no quadro a seguir, sendo deduzido os custos com transação da Oferta Pública de Ações (IPO) de R\$ 182.186, apresentando o Patrimônio Líquido da Companhia de R\$ 4.780.929.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Ilson Mateus Rodrigues	2.069.123	41,69	2.069.123	41,69
Maria Barros Pinheiro	754.889	15,21	1.509.283	30,41
Ilson Mateus Rodrigues Junior	548.424	11,05	171.227	3,45
Denilson Pinheiro Rodrigues	548.424	11,05	171.227	3,45
Outros (acionistas minoritários)	1.042.255	21,00	1.042.255	21,00
Subtotal	4.963.115	100	4.963.115	100
Custos com IPO	(182.186)		(182.186)	
Total	4.780.929		4.780.929	

Quantidade, montante e recursos líquidos

O quadro a seguir indica a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como os recursos líquidos oriundos da Oferta no ano de 2020.

Ofertante	Quantidade	Montante (1)	Comissão e despesas	Recursos líquidos (2)
Companhia	345.931.999	3.099.286.440	182.186.213	2.917.100.227
Acionistas vendedores	118.020.164	1.062.364.462	61.725.880	1.000.638.581
Total	463.952.163	4.161.650.902	243.912.093	3.917.738.808

(1) Com base no Preço por Ação de R\$ 8,97; e

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos com transação de capital

Em 08 de outubro de 2020, a Companhia realizou o registro de Oferta Pública de Ações (IPO) e seus gastos foram contabilizados como despesas do exercício no montante de R\$ 42.602.

b) Apuração dos dividendos e destinação do lucro

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	758.931	725.808
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(37.947)	(36.290)
(-) Constituição da reserva de incentivos fiscais	(720.984)	(689.518)
Lucro líquido do exercício após constituição de reservas	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-

• Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

No que se refere aos resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia proporá em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), que, do resultado apurado no exercício, **(i)** 5% (cinco por cento) seja aplicado na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e **(ii)** que o saldo do resultado do exercício social seja aplicado para compor a reserva de incentivos fiscais, destinada para melhorias e expansão das atividades econômicas do Grupo Mateus, conforme art. 195-A da Lei nº 6.404/76.

Em decorrência do descrito acima e caso tais propostas venham a ser aprovadas pelos acionistas da Companhia em AGO, não haverá distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o saldo resultante de tais destinações seja destinando os mesmos para melhorias e expansão das atividades econômicas do Grupo Mateus.

- i) 25% para o pagamento de dividendos aos acionistas, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/76; e
- ii) O saldo restante deverá ter sua destinação conforme estabelecido pela Assembleia Geral.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital e integralização de capital

No encerramento do exercício, a Companhia apresentou saldo de Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 44.217, através da cessão de direitos das ações que o acionista Ilson Mateus detinha na empresa Indústria de Paes e Massas Mateus, os quais serão integralizados ao capital social no próximo exercício.

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não apresentou registro de impostos diferidos ativos líquidos, calculados sobre diferenças temporariamente não dedutíveis, a alíquota combinada de 34%. A Companhia optou por realizar a baixa do imposto diferido ativo a que faz jus por não haver perspectivas de lucros tributáveis.

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	48.685	40.348
Provisão para não realização de estoques	1.856	1.858
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15.187	17.208
Total	65.728	59.414
Imposto de renda e contribuição social sobre diferença fiscal temporária (34%)	22.348	20.201
(-) Provisão para realização	(22.348)	(20.201)
Total de IR e CSSL diferidos contabilizados	-	-

As controladas da Companhia, Armazém Mateus e Mateus Supermercados, têm gozado de incentivos fiscais em suas operações, cujos incentivos têm sido excluídos da tributação do imposto de renda e da contribuição social nos respectivos exercícios fiscais do reconhecimento destes incentivos. Em linha com a Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, todos os incentivos e benefícios fiscais passaram a ser considerados como subvenção para investimento, sendo a sua tributação diferida até a distribuição destes valores aos acionistas da Companhia. Para maiores detalhes ver Nota Explicativa nº 26.

Nas controladas Armazém Mateus, e Supermercados Mateus, no exercício de 2013 a 31 de dezembro de 2021 foram gerados por esses incentivos lucros no montante de R\$ 3.784.423, caso esses valores fossem distribuídos e, desta forma, a tributação seria devido, o imposto de renda e contribuição social seria de aproximadamente R\$ 1.286.704. A Companhia, não tem expectativa de distribuição destes valores e, portanto, nenhum reconhecimento de imposto de renda diferido passivo foi realizado nas demonstrações financeiras.

Na controladora Grupo Mateus em 31 de dezembro de 2021, possui lucro fiscal, base positiva para tributos diretos no montante de R\$ 38.378, sobre os quais registrou imposto de renda e contribuição social. Na controlada Armazém Mateus, em 31 de dezembro de 2021, possui lucro fiscal, base positiva para contribuição social no montante de R\$ 26.820, sobre os quais registrou imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas do grupo possuem prejuízo fiscal, base negativa para contribuição social no montante de R\$ 26.236, sobre os quais não apresentou registro de imposto de renda e contribuição social.

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	771.331	725.808	787.550	724.539
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(262.253)	(246.775)	(267.767)	(246.344)
Diferenças temporárias e permanentes:				
Adições permanentes	(34.414)	(273)	(64.091)	(59.034)
Adições temporárias	-	-	(2.779)	-
Subvenção fiscal	-	-	274.235	253.818
Exclusões Permanentes	284.267	247.048	55.610	47.130
IR e CS Diferidos não constituídos sobre diferenças	-	-	-	2.673
Prejuízos fiscais não constituídos	-	-	(17.466)	(186)
(-) Baixa/ adição de IR e CSLL diferidos	-	-	3.499	3.673
Total de IR e CSLL sobre o lucro	(12.400)	-	(18.759)	1.730
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.400)	-	(18.759)	(1.943)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	3.673
Total da receita com imposto de renda e contribuição social	(12.400)	-	(18.759)	1.730

23. Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Mercadoria de revenda	17.939.878	14.352.810
Serviços prestados	59.162	40.208
(-) Deduções da receita:		
ICMS	(1.368.774)	(1.051.263)
Cofins	(528.527)	(700.683)
PIS	(114.571)	(151.510)
ISS	(2.734)	(1.702)
Devoluções	(107.577)	(90.822)
Total	15.876.857	12.397.038

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à Cofins (alíquota de 0% ou 7,6%).

24. Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas controladas, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo Mateus atua.

Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo Mateus são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo da revenda	-	-	(12.174.415)	(9.407.628)
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	-	-	(1.120.276)	(913.258)
Comissões	-	-	(42.454)	(30.833)
Propaganda e publicidade	-	-	(30.673)	(17.525)
Aluguéis	-	-	(108.024)	(81.379)
Fretes e combustível	-	-	(236.080)	(170.125)
Depreciação	-	-	(179.463)	(107.063)
Depreciação arrendamento	-	-	(74.991)	(65.681)
Água, luz e telefone	-	-	(170.330)	(105.775)
Serviços prestados	-	-	(113.030)	(80.254)
Despesas gerais	-	-	(350.381)	(306.657)
Despesas administrativas				
Despesas com pessoal	(8.081)	(1.620)	(218.626)	(108.841)
Comissões	-	-	(2.744)	(2.157)
Aluguéis	(239)	-	(5.789)	(5.091)
Fretes e combustíveis	-	(1)	(1.442)	(2.060)
Depreciação e amortização	-	-	(1.488)	(1.829)
Depreciação arrendamento	-	-	(4.503)	(5.391)
Água, luz e telefone	-	-	(1.775)	(1.298)
Serviços prestados	(1.890)	(8.503)	(25.614)	(76.573)
Despesas gerais	(1.126)	(893)	(39.325)	(34.833)
Total	(11.336)	(11.017)	(14.901.423)	(11.524.251)
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas				
	-	-	(12.174.415)	(9.407.628)
Despesas administrativas, gerais e de vendas				
	(11.336)	(11.017)	(2.727.008)	(2.116.623)
Total	(11.336)	(11.017)	(14.901.423)	(11.524.251)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Juros sobre títulos recebidos	-	-	18.554	23.388
Juros sobre aplicações financeiras	50.525	8.786	52.206	14.435
Descontos financeiros obtidos	288	113	6.134	3.574
Outras receitas financeiras	-	-	64.369	42.080
Total de receitas financeiras	50.813	8.899	141.263	83.477
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(73)	-	(73)	(2)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(38.526)	(61.519)
Juros passivos	(10)	(128)	(21.718)	(10.474)
Juros com parcelamento	-	-	(3.066)	(740)
Despesas de financeiras de arrendamento	-	-	(61.707)	(32.803)
Despesas bancárias	(8)	-	(17.562)	(22.721)
Perda financeira	-	-	(942)	(663)
Varição monetária passiva	-	-	-	(6.815)
Percentual de cartão de crédito	-	-	(115.148)	(87.120)
Descontos concedidos	-	-	(6.686)	(5.765)
Outras despesas financeiras	(600)	-	(600)	-
Multa sobre parcelamento	-	-	(3.852)	-
Total de despesas financeiras	(691)	(128)	(269.880)	(228.623)
Total do resultado financeiro	50.122	8.771	(128.617)	(145.146)

26. Subvenções governamentais

A controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS conforme Decreto nº 19.714/2014 da Sefaz - MA.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulte em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada fez jus a R\$ 747.133 em subvenções estaduais (R\$ 746.529 em 2020).

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do exercício e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas sim reconhecida como receita nos exercícios apropriados;
- b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos exercícios ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação; e
- c) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

27. Instrumentos financeiros

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta Nota Explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável **(i)** não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários **(ii)** e **(iii)**, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros - custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	434.954	1.879.545	877.156	2.112.385
Contas a receber	-	-	1.816.264	1.305.458
Partes relacionadas	2.000	-	7.321	22.166
Títulos e valores mobiliários	-	-	3.071	14.965
Total	436.954	1.879.545	2.703.812	3.454.974
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	-	185	1.056.585	944.604
Empréstimos e financiamentos	-	-	630.092	121.318
Debêntures	-	-	412.277	471.177
Partes relacionadas	350	350	20.279	34.665
Total	350	535	2.119.233	1.571.764

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

iii) Risco de vencimento antecipado de debêntures

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 14.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/ liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	1.056.585	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	81.740	103.809	438.534	6.009
Debêntures	91.092	90.815	230.370	-
Partes relacionadas	-	20.279	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	944.604	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	32.022	58.900	27.287	3.109
Debêntures	29.146	217.586	157.834	66.611
Partes relacionadas	-	34.665	-	-

v) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de swap são classificadas como hedge de valor justo, cujo objetivo é proteger das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros atreladas ao certificado de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de referência dos contratos era R\$ 162.509 (não possuía em 31 de dezembro de 2020). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

	Consolidado			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo				
Objeto de Hedge (Dívida)	162.509	-	162.509	-
Ativo				
Prefixada – 10,8% a.a.	162,509	-	162.509	-
Passivo				
95% CDI	162.509	-	162.509	-

vi) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, que são divulgadas pela B3.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i) Índice de endividamento

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida	1.042.369	592.495
Caixa e equivalentes de caixa	(877.255)	(2.112.385)
Títulos e valores mobiliários	(3.071)	(14.965)
Dívida líquida	162.043	(1.534.855)
Patrimônio líquido	6.476.581	5.707.540
Índice de endividamento líquido	0,03	(0,27)

d) Risco de taxa de juros

i) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e nos títulos e valores mobiliários, vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do exercício findo, a Administração estimou cenários de variação na CDI e TJLP. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado a seguir.

Simulação com expectativa do CDI e TJLP projetados, conforme abaixo:

	Cenário atual	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	877.156	882.769	885.576	888.383	891.190	893.997
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	0,64%	0,96%	1,28%	1,60%	1,92%
Saldo de aplicações financeiras	3.071	3.090	3.100	3.110	3.120	3.130
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	0,64%	0,96%	1,28%	1,60%	1,92%
Saldo de financiamentos para investimento em máquinas e equipamentos - Finame (BNDES)	34.299	37.589	38.007	38.425	38.844	39.262
Juros sobre financiamento (TJLP + 7,15%)	-	9,59%	10,81%	12,03%	13,25%	14,47%
TJLP projetada	-	2,44%	3,66%	4,88%	6,10%	7,32%
Saldo de empréstimos para capital de giro	512.509	560.736	566.989	573.242	579.494	585.747
Juros sobre financiamento (TJLP + 6,97%)	-	3,34%	4,56%	5,78%	7,00%	8,22%
TJLP projetada	-	2,44%	3,66%	4,88%	6,10%	7,32%
Saldo de "leasing"	83.284	86.065	87.081	88.097	89.114	90.130
Juros sobre "leasing" (TJLP + 0,9%)	-	3,34%	4,56%	5,78%	7,00%	8,22%
TJLP projetada	-	2,44%	3,66%	4,88%	6,10%	7,32%
Saldo de debêntures	412.277	433.015	438.045	443.074	448.104	453.134
Juros sobre debêntures (TJLP + 2,59%)	-	5,03%	6,25%	7,47%	8,69%	9,91%
TJLP projetada	-	2,44%	3,66%	4,88%	6,10%	7,32%

ii) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os níveis de hierarquia de valor justo de 1 a 3 se baseiam no grau com base no qual o valor justo é observável:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. Os instrumentos financeiros apresentados nessa demonstração financeira foram classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo.

28. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: **(i)** lucro (prejuízo) básico; e **(ii)** lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

Para o cálculo do resultado por ação, foi considerado a atual composição de ações ordinárias para o exercício comparativo, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, mantendo o denominador básico e diluído em bases comparativas.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	758.931	725.808
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	4.780.929	4.780.929
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,16	0,15

29. Transações que não afetaram caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Adições de contratos de arrendamento	559.252	287.924
Contratos encerrados	(193.716)	(8.045)

30. Autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 09 de março de 2022.

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

A Diretoria do Grupo Mateus sociedade por ações com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.990.777/0001-09 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Luís, 10 de março de 2022.

Ilson Rodrigues Mateus
Diretor Presidente

José Morgado Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Grupo Mateus sociedade por ações com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.990.777/0001-09 (“Companhia”), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Luís, 10 de março de 2022.

Ilson Rodrigues Mateus
Diretor Presidente

José Morgado Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

GRUPO MATEUS S.A.

Companhia aberta

CNPJ/MF nº 24.990.777/0001-09

NIRE 213.0001235-4

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA

REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2022

Data, horário e local: 08 de março de 2022, às 15h00min, na sede do Grupo Mateus S. A. (“Companhia”), localizada na Avenida Daniel De La Touche, nº 73-A, Cohama, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65073-780.

Mesa: Sr. Margil Mourão Gil Nunes, Presidente da Mesa, e José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho, Secretário da Mesa.

Presença: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Companhia, a saber os Srs. Margil Mourão Gil Nunes, José Billegas e Carlos Henrique Bandeira de Mello Junior, os quais participaram presencialmente ou por videoconferência, nos termos do Artigo 5.1.7 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia. Participaram ainda na condição de convidados os Srs. Gustavo Ferreira, Indira Duarte e Quezia Carmos, Auditor Interno, Gerente de Contabilidade e Advogada da Companhia, respectivamente.

Convocação: Efetuada em conformidade com o Artigo 5.1.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Ordem do dia: (i) Análise e recomendação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”).

Deliberações: Dando início aos trabalhos, os Srs. membros do Comitê examinaram o item constante da Ordem do Dia e recomendaram:

A Sra. Indira Duarte apresentou aos membros do Comitê as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei no 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, e a abordagem da Auditoria Independente sobre os principais assuntos analisados e procedimentos relacionados ao Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, sem ressalvas. Em seguida, tendo em vista o exame das Demonstrações Financeiras Anuais de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes e as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Grant Thornton, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2021,

(Pertence a Ata de Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria do Grupo Mateus S.A. realizada em 08 de março de 2022)

os membros do Comitê opinaram, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Encerramento: Concluídos os debates, foi ressaltado que a cópia do material referente ao tema apresentado na reunião será arquivado na Companhia. Foi dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso e nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, a qual, após lida e aprovada, foi devidamente assinada.

São Luís, 08 de março de 2022.

Mesa:

Margil Mourão Gil Nunes

Presidente da Mesa e Coordenador do Comitê

José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho

Secretário da Mesa

Membros Presentes:

Margil Mourão Gil Nunes

Coordenador do Comitê

José Billegas

Membro do Comitê

Carlos Henrique Bandeira de Mello Junior

Membro do Comitê

GRUPO MATEUS S.A.

Companhia aberta

CNPJ/MF nº 24.990.777/0001-09

NIRE 213.0001235-4

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2022

Data, horário e local: 09 de março de 2022, às 15h00min, na sede do Grupo Mateus S. A. (“Companhia”), localizada na Avenida Daniel De La Touche, nº 73-A, Cohama, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65073-780, por meio de videoconferência através da plataforma “Teams”.

Mesa: Sr. Joaquim Valdimar Nascimento, Presidente da Mesa, e José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho, Secretário da Mesa.

Presença: A totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, a saber: Joaquim Valdimar Nascimento, Diego Eceiza Nunes e Caio Cezar Monteiro Ramalho, os quais participaram por videoconferência, nos termos do Artigo 16 do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Participaram na condição de convidados, durante parte da reunião, os Srs. Indira Duarte e Quezia Souza Carmo, Gerente de Contabilidade e Advogada da Companhia, respectivamente, e Daniel Menezes Vieira, Auditor Independente da empresa Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”), também por videoconferência.

Convocação: Efetuada em conformidade com o Artigo 12 do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Ordem do dia: (i) Opinar acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras de 2021”), acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, Grant Thornton.

Deliberações: Colocadas a matéria em discussão e posterior votação, os Conselheiros deliberaram da seguinte forma:

A Sr. Indira Duarte apresentou aos Srs. membros do Conselho Fiscal os principais resultados da Companhia no exercício de 2021 frente ao exercício anterior, balanço patrimonial, bem como os aprimoramentos contábeis executados pela Diretoria. Em seguida, o Sr. Daniel Menezes Vieira apresentou a abordagem da Auditoria Independente sobre os principais assuntos analisados e procedimentos relacionados ao Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2021, elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei no 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, com observância das normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”),

sem ressalvas. Após questionamentos dos membros do Conselho Fiscal e extensa discussão e exame das Demonstrações Financeiras de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, e da Ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2022, às 10h00, que aprovou por unanimidade as Demonstrações Financeiras de 2021, os Srs. membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram, favoravelmente e sem ressalvas, acerca das referidas demonstrações, concluindo que os documentos examinados, à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Encerramento: Concluídos os debates, foi ressaltado que a cópia do material referente ao tema apresentado na reunião será arquivado na Companhia. Foi dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso e nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, a qual, após lida e aprovada, foi devidamente assinada.

Assinaturas: Mesa: Sr. Joaquim Valdimar Nascimento, Presidente da Mesa; Sr. José Eduardo dos Santos Iniesta Castilho, Secretário da Mesa. Membros do Conselho Fiscal: os Srs. Joaquim Valdimar Nascimento, Diego Eceiza Nunes e Caio Cezar Monteiro Ramalho.

Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

São Luís, 09 de março de 2022.

Mesa:

**José Eduardo dos Santos
Iniesta Castilho**
Secretário da Mesa

(Pertence a Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Grupo Mateus S.A. realizada em 09 de março de 2022)

* * *